

CRISTIANE RENATA DA SILVA CAVALCANTI

DISCURSO POLÍTICO NA CHARGE

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Vilar de Melo
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silmara Cristina Dela Silva

RECIFE
2013

C376d Cavalcanti, Cristiane Renata da Silva.
Discurso político na charge / Cristiane Renata da
Silva Cavalcanti; orientador Maria de Fátima Vilar de
Melo; co-orientador Silmara Cristina Dela Silva, 2013.
x, 110 f.: Il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação. Mestrado em Ciências da Linguagem,
2013.

1. Análise de discurso. 2. Charge. 3. Paráfrase. 4.
Polissemia.
- I. Título

CDU801

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Karl-Heinz Efken
UNICAP

Prof^a. Dr^a Fabiele Stockmans de Nardi
UFPE

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Vilar de Melo
UNICAP

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Silmara Cristina Dela Silva
UFF

UNICAP

2013

Dissertação apresentada ao Curso de Ciência da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística em 14 de junho de 2013.

A meu pai (in memoriam), que certamente teria gostado muito de ler este trabalho e estaria envaidecido pela minha conquista.

À minha mãe, que sempre está presente em todos os momentos da minha vida.

“[...] o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, ao meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”. (PÊCHEUX, 2010, p.56)

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2012, p. 457)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá sempre força e perseverança para seguir em frente, apesar das dificuldades.

Aos meus pais, Raquel e Antônio (in memoriam), a eles todo o meu amor, reconhecimento e gratidão, pois, cada um à sua maneira, sempre me apoiaram incondicionalmente.

Às minhas irmãs e sobrinha, amigas, pelo incentivo em todos os momentos e projetos da minha vida.

Às Prof^{as} Nadia e Silmara, por me apresentarem à AD, pelas leituras, pelo incentivo, pelas conversas e pela paciência.

À professora Fátima minha orientadora durante o mestrado, pelas leituras cuidadosas, pelas sugestões e acolhida de sempre nos meus estudos e por toda a ajuda neste meu percurso.

À Prof^a Silmara pelas sugestões e, principalmente, por ter estimulado, antes de qualquer outra pessoa, meu querer para percorrer esse caminho. Não tenho como expressar minha gratidão à senhora professora.

Aos Prof^{os}. Fabiele Stockmans de Nardi e Karl Karl-Heinz Efken, pelos valiosos comentários no exame de qualificação, os quais, com certeza, ajudar-me-ão na continuidade da pesquisa e também por comporem a minha banca, pela leitura atenta e pelas muitas contribuições decorrentes do exame de qualificação desta tese.

Aos professores que foram meus mestres, durante esses dois anos, e contribuíram para a minha formação e realização deste trabalho em diferentes fases do meu percurso.

Aos amigos que fiz na UNICAP, durante esses dois anos, em especial aos companheiros de congressos.

Aos meus colegas de turma, que, em algum momento da jornada, contribuíram com uma palavra, discussões produtivas, bons momentos compartilhados, abraços amigos.

Aos colegas de profissão – professores que ainda acreditam na Educação brasileira – pela possibilidade de compartilhar as experiências, as conquistas e também as dificuldades de cada dia.

A minha mãe, que está sempre comigo e nunca mediu esforços para que eu continuasse na busca de meus objetivos.

RESUMO

Este trabalho tem como foco a análise do discurso de charges com circulação nos jornais *Diário de Pernambuco*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, no período do segundo turno das eleições para Presidente da República do Brasil no ano de 2010, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso. O seu objetivo é mostrar como os efeitos de sentido das charges se dão a partir da relação entre suas condições de produção (historicidade) e a memória discursiva que, enquanto elementos constitutivos, atravessam o objeto discursivo em seu nível de formulação de natureza verbal/não-verbal e de constituição, compreendendo, assim, como a memória discursiva é importante para se entender o processo de produção de sentidos nesses discursos. Como ponto de partida para a composição do corpus discursivo, consideramos os principais acontecimentos jornalísticos desse período, que nos levaram a recortar para análise somente charges que circularam durante a campanha eleitoral do 2º turno das eleições. As análises centram-se na verificação de que memórias são mobilizadas no discurso chargístico e como elas intervêm na mobilização de sentidos e são essenciais para entender os movimentos parafrásticos e polissêmicos, produzindo sentidos outros nessas práticas discursivas. Para constituição do corpus, foram escolhidas 12 charges dos três jornais subdivididas em trajetos temáticos que mais foram evidenciados na mídia, no período de 01 a 31 de outubro de 2010. Vimos ao longo das análises, que as charges, embora ocupem lugares diferenciados de dizer, produzem sentidos parafrásticos que garantem a constituição de uma memória que sustenta os dizeres, pois só há sentido porque antes já havia sentido, possibilitando que o mesmo vá se deslizando e se transformando quando se encontra em circulação na exterioridade produzindo o diferente, que se faz presente no discurso, derivando outros sentidos. Assim, observamos que o trabalho pressupõe a perene incompletude da linguagem, compreendendo que o dizer sempre será ponto de deriva para outros sentidos. Então através da rememoração dos fatos e dos discursos, materializados em palavras-imagens, a pesquisa pode contribuir para pensarmos na importância da circulação de memórias: discursiva e social, que interferem na produção de sentidos nas charges.

Palavras-chave: Análise de discurso, Charge, Discurso Político, Memória discursiva, Paráfrase e Polissemia.

ABSTRACT

This work focuses on discourse analysis of cartoons in the newspapers with a circulation of Pernambuco, O Globo and Folha de São Paulo, during the second round of the elections for President of the Republic of Brazil in 2010, from the theoretical methodological and Discourse Analysis. Its aim is to show how the effects of meaning of the charges are given from the relationship between the conditions of production (historicity) and discursive memory that, as an element, traverse the discursive object in their level of development of verbal/não- verbal nature and constitution, comprising well as discursive memory is important to understand the process of production of meaning in these discourses. As a starting point for creating the discursive corpus, we consider the major journalistic events of this period, which led us to cut for analysis only cartoons that circulated during the election campaign in the 2nd round of elections. The analysis focuses on the discovery that memories are mobilized in discourse *chargístico* and how they are involved in the mobilization of the senses and are essential to understanding Paraphrase and polysemic movements, producing other senses in these discursive practices. For recognition of the corpus, 12 were selected charges from three newspapers subdivided into thematic paths that were more evident in the media, in the period from 01 to 31 October 2010. We have seen throughout the analysis that the charges, although they occupy different places to say, *parafrásticos* produce meanings that guarantee the formation of a memory that holds the words, because there is only sense because had ever felt before, allowing it go up and sliding turning when in circulation in different producing the externality, which is present in the discourse, deriving other senses. Thus, we observe that the work assumes the perennial incompleteness of language, including the mean will always point drift to other senses. Then through the recollection of facts and speeches, materialized in words pictures, research can help to think of the importance of movement memories: discursive and social, that interferes with the production of meaning in charges.

Keywords: Discourse Analysis, Charge, Political Discourse, discursive memory, Paraphrase and Polysemy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1. A Análise de Discurso	15
2.2. O discurso na Análise de Discurso	18
2.3. Discurso Político: funcionamento do discurso político	19
2.4. As charges: do texto ao discurso	26
2.5. As charges no discurso jornalístico	31
2.6. A natureza sócio-política da charge	33
2.7. O mesmo e o diferente no discurso da charge: produção discursiva do sentido	37
2.8. Imagem: entre o verbal e não-verbal	43
2.9. Formação Discursiva e Formação Ideológica	47
2.10. Memória discursiva X memória social	51
3. A CAMINHO DAS ANÁLISES	58
3.1. Os jornais	58
3.2. Corpus e dispositivo analítico	59
3.3. A noção de trajeto temático e os recortes no material de análise	60
4. AS ANÁLISES	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXO	105

1. INTRODUÇÃO

Brasil, 2010, ano de eleição para Presidente da República. Os brasileiros aptos a votar deveriam escolher o sucessor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente em exercício, Lula, divulgou em rede nacional que apoiaria a candidata do PT (Partido dos Trabalhadores), Dilma Rousseff, e o PSDB (Partido Social Democracia Brasileira) divulgou seu candidato de oposição, José Serra. Também houve outra candidata que conquistou a 3ª posição nas urnas, no 1º turno, do PV (Partido Verde), Marina da Silva. E o Brasil foi às urnas duas vezes para finalmente eleger a então Presidente da República Dilma Rousseff.

Porém, para a candidata do PT chegar à Presidência não foi simples e fácil como descrevemos acima. Os partidos PT e PSDB possuem um longo histórico de confrontos, geralmente em disputas eleitorais no 2º turno, seja em eleições para prefeitos, governadores ou presidentes, e este seria mais um confronto que faria toda a diferença no segundo turno das eleições presidenciais no ano de 2010. Depois que a candidata do PV, Marina Silva, desestabilizou as preferências dos brasileiros entre os dois partidos.

Considerando o sucesso quantitativo da terceira maior parte da preferência de votos dos brasileiros, pela candidata, fato que determinou o segundo turno das eleições presidenciais, deixando manifesto o fracasso histórico para os partidos do PT e do PSDB. Tal acontecimento nos fez observar neste período a repercussão imediata da mídia que divulgou o gesto de interpretação sobre tal fato, e ao mesmo tempo, mostrou o replanejamento dos candidatos para conquistar os eleitores nessa segunda fase.

Com efeito, o interesse por uma pesquisa sobre tal acontecimento histórico foi despertado por certo incômodo ocasionado pela forma como todo percurso das eleições foi construído pela mídia, desse modo escolhemos 12 charges publicadas nesse período, nos jornais impressos *Diário de Pernambuco*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, para compor o *corpus* do nosso trabalho; através dos acontecimentos jornalísticos que se inscreveram na história das eleições presidenciais do Brasil, no ano de 2010.

A escolha de trabalhar com a Análise de Discurso nas charges publicadas nos jornais impressos em nosso trabalho se originou em sala de aula. Sempre levávamos esta materialidade discursiva para interpretá-la com os alunos, e percebíamos a dificuldade que eles tinham em fazê-lo. Era necessário, anteriormente, fazer um trabalho paralelo das condições de produções, com foco no contexto histórico no qual se originara a charge para que os alunos pudessem analisar a interpretação desse discurso.

Com este trabalho em sala de aula, começamos a pensar na importância da memória discursiva e coletiva para mobilizar os efeitos de sentidos das charges, assim como interpretar seus processos de produção de sentidos. Tais memórias nos dá acesso à interpretação que como leitores, certamente, necessitamos fazer uso delas quando interpretamos um discurso de natureza verbo-visual.

Como as charges ocupam espaço nos jornais e têm como característica associar sequências discursiva e imagética tivemos o desejo de trabalhar esses discursos, mais especificamente, com as charges que circularam nos jornais do período de 01 a 31 de outubro de 2010, pois entendemos que esse discurso nos dá subsídio suficiente para analisar o discurso político desse período das eleições à presidência.

Nossa escolha do *corpus* se fez a partir da imersão das discussões de trajetos temáticos considerados mais polêmicos¹, e que foram noticiados pela mídia, em especial durante a campanha eleitoral, os quais constituíram, produziram e retomaram sentidos presentes na memória discursiva e social dos seus leitores, a partir das condições sócio-político-históricas da produção das charges. Ou seja, como se constituíram os efeitos de sentidos nas charges impressas que circularam em jornais dos estados de: Recife, São Paulo e Rio de Janeiro?

Mesmo com todas as questões polêmicas exibidas durante esse período, do segundo turno, na mídia, a candidata Dilma Rousseff (PT) foi eleita. A primeira Presidente mulher da República Federativa do Brasil, assumindo o cargo em 1º de janeiro de 2011, sucedendo ao Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, o resultado final da eleição presidencial do ano de 2010, no 2º turno, segundo informação do TSE² foi a vitória de Dilma, com 56,05% dos votos válidos, conforme tabela abaixo.

2º turno 31 de outubro de 2010			
Candidato (a)	Vice	Total	Porcentagem
Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)	55.752.529	56,05%
José Serra (PSDB)	Índio da Costa (DEM)	43.711.388	43,95%

¹. As questões polêmicas tematizadas durante a campanha, especialmente no segundo turno, propagadas na mídia (propaganda gratuita na TV, na Internet e outros meios de comunicação) com mais evidência foram: descriminalização do aborto no Brasil, religião, corrupção, apoio de Marina para o segundo turno, o caso da bolinha de papel, casamento e união civil entre pessoas do mesmo sexo, identificação da autoria das ações de governo defendidas por ambos os candidatos, privatização e tamanho do Estado brasileiro, política de gestão da Petrobrás e das reservas de petróleo do pré-sal, reforma da previdência, reforma política, Programa de Aceleração do Crescimento, ação social do governo para erradicação da pobreza, etc.

². Informação retirada do Tribunal Superior Eleitoral-TSE- ano 2010. Disponível em: <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/index.jsp>. Acesso em 06 de junho de 2012.

Mostraremos neste trabalho como a memória discursiva é importante para percebermos os gestos de interpretação e produções de sentidos nas charges que circularam na mídia nesse período. Para as análises, constituímos o *corpus* com base em trajetos temáticos que nortearam as disputas entre os candidatos. O foco do nosso estudo é analisar como os discursos verbal e não-verbal das charges circularam nesses jornais impressos de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro e também como suas formulações constituem pontos de deriva para a constituição dos sentidos.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é mostrar como os efeitos de sentido das charges se dão a partir da relação entre suas condições de produção (historicidade) e a memória discursiva que, enquanto elementos constitutivos, atravessam o discurso chargístico em seu nível de formulação de natureza verbal e não-verbal, bem como em sua constituição. Neste sentido, materialidade linguística e imagem são pontos de deriva para a produção de novos sentidos, a partir de uma posição ideológica dada, mobilizados por essas memórias. Assim, buscamos analisar como a charge constitui, formula e faz circular sentidos no período já citado.

Em nossas análises, buscaremos compreender o processo discursivo das charges, identificando as formações discursivas em que a imprensa se significa ao eleger a charge como objeto de matérias jornalísticas e as formações imaginárias que se constituem no dizer das publicações analisadas. Com isso, esperamos contribuir para a compreensão de como se constituem tais processos de produção de sentidos, levando em conta a relação entre os processos parafrásticos e polissêmicos na constituição discursiva das charges analisadas, bem como a importância das memórias discursiva e coletiva que intervêm nas suas produções de sentidos.

De tal modo, organizaremos nosso trabalho em três seções, além desta introdução (seção 1) e das considerações finais. Na seção 2, Fundamentação teórica, apresentamos algumas reflexões sobre as considerações teóricas da Análise de Discurso. Nessa seção ainda apresentaremos a concepção de discurso que pauta o cenário da Análise de Discurso e trataremos de um discurso específico que é o discurso político.

O capítulo apresenta ainda algumas informações históricas sobre a charge, seguidas de considerações sobre o discurso jornalístico, situando-as nessa produção característica deste discurso específico. Também nesta seção, refletiremos a respeito da natureza sócio-política da charge enquanto discurso de circulação social e os seus efeitos de sentido, nos contextos em que são produzidas.

Depois, demonstraremos sua característica singular, constituição híbrida, que mantém uma relação significativa entre o não-verbal e o verbal. Neste capítulo também desenvolveremos as noções teóricas de formação discursiva e ideológica, pontos de partida para a organização do corpus de análise e além disso falaremos sobre memória discursiva e social.

Na seção 3, a caminho das análises, falaremos sobre os jornais nos quais as charges que constituem o *corpus* de análise circularam e teceremos as considerações sobre a noção de trajeto temático no quadro teórico da Análise de Discurso e a constituição do dispositivo analítico.

Nesta seção, apresentaremos ainda algumas considerações sobre o recorte de tempo de circulação das charges analisadas e algumas considerações sobre a organização das análises, realizadas a partir das marcas discursivas e dos recortes estabelecidos por eixos temáticos.

Exporremos, na seção 4, as análises realizadas a partir dos procedimentos de descrição e interpretação próprios da Análise de Discurso. O *corpus* reúne as análises realizadas do material publicado nos jornais impressos Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo e O Globo no período estabelecido de 01a 31 de outubro de 2010.

Reuniremos, na seção 5, dedicada às considerações finais, os resultados de análise, com a discussão geral sobre o funcionamento do processo discursivo no qual se produzem os sentidos nos discursos chargísticos.

Nesta pesquisa, proporemos conceber a charge como um exemplar de discurso. Nosso trabalho se propõe a analisar a amplitude de sua historicidade, constitutiva de seus sentidos e também verificá-la como um discurso possibilitador de outros sentidos. Tentaremos descrever e interpretar o processo de significação que está inscrito nela, não concebendo a submissão do não-verbal ao verbal, e vice-versa; mas considerando a imbricação entre imagem e texto, sempre analisando o seu funcionamento em sua característica própria: através dos operadores discursivos, levando em conta toda a sua eficácia simbólica.

Por fim, com base nos princípios da Análise de Discurso, teremos o desejo de usufruir, mesmo que de forma momentânea, da necessidade (e ilusória) sensação de integralidade do trabalho, face às sujeições da vida acadêmica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Análise de Discurso

A Análise de discurso surgiu no final da década de 60 na França em uma conjuntura política conflituosa dos anos 1968-1970. Essa nova vertente do pensamento linguístico, igualmente preocupada com a questão do sentido, está diretamente ligada à figura de Michel Pêcheux (MALDIDIER, 1994), e configura-se a partir de elementos derivados de três áreas diferentes: a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. É pelos questionamentos que formulam a esses domínios disciplinares do século XX - a linguística, o marxismo e a psicanálise - que se constitui o campo da Análise de Discurso, uma disciplina de entremeio, debatendo sobre a linguagem nas relações de diferença das propriedades teóricas destas disciplinas.

Chamo de entremeio essas formas de disciplinas que não são, ao meu ver, interdisciplinares. Elas não se formam entre disciplinas, mas nas suas contradições. A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva (ORLANDI, 2012, p. 24-25).

No que concerne à Linguística, vemos nas preocupações de Pêcheux (2012) que “o próprio sistema linguístico permite deslocamentos históricos dentro do campo das formulações possíveis” (PÊCHEUX, 2012, p.100), considerando no espaço da Linguística elementos referentes às relações entre a linguagem e o seu exterior. Como afirma Maldidier (2003):

[...] Sobre o próprio terreno da linguística, Michel Pêcheux aprofunda sua afirmação. O raciocínio repousa sobre a intuição muito forte de que não se pode visar as sistematicidades da língua como um contínuo de níveis. Para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, cuja descrição Saussure autoriza, a Semântica não é apenas um nível a mais, homólogo aos outros. É que o laço que liga as “significações” de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações. (MALDIDIER, 2003, p. 31)

Assim, a linguística constitui-se pela afirmação da opacidade, heterogeneidade da linguagem. O sujeito não tem condições de fugir aos equívocos e deslizos que são constitutivos da linguagem, pois, conforme destaca Pêcheux (2009, p. 277): “só há

causa daquilo que falha (J. Lacan)”. Então, o fato linguístico do equívoco não é algo casual, eventual, acidental, mas é constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isto significa que a língua é um sistema passível de falhas, que se marca pela incompletude; e por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva.

Quanto à Psicanálise, podemos dizer que a teoria psicanalítica lacaniana sempre foi tocada de maneira discreta por Pêcheux, porém, podemos dizer que essa presença de Lacan na AD sempre foi, ao mesmo tempo, velada e incisiva. Isto pode ser verificado na proposta do quadro epistemológico geral da AD proposto por Pêcheux e Fuchs, onde vemos:

Ele [o quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 2010, p.160).

E Pêcheux acrescenta: “Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).” (PÊCHEUX, 2010, p. 160). Tentaremos articular a AD e a psicanálise lacaniana a partir do conceito de interpretação. Sabemos que interpretar é inerente ao homem, pois, inserido no mundo simbólico, é exigido do sujeito produzir sentido a todo o momento.

Dos marxistas, vem o Materialismo Histórico, de onde deriva a ideia da possibilidade de tratar os fatos históricos como constitutivos da própria cientificidade que a ciência das Formações Sociais carecia. É a historicidade que permeia os processos sociais, que se enlaçam constituindo as condições de produção de uma dada Formação Social, e também possui a sustentação científica para as ciências sociais poderem ver além da prática técnica e empírica. Essa base permite à AD conceber o sentido como encadeado, ligado a um já-lá inscrito no interdiscurso. Pêcheux (2009) aponta para a segunda e maior contribuição do marxismo à Análise de Discurso: a ideologia como elemento que subjaz a todo processo de instauração de uma ciência.

No universo estruturalista evanescente dos anos 1960, observamos o início da teorização que vai, ao longo da obra de Pêcheux, consolidar essa relação de filiação da AD, ao Materialismo Histórico, colocando como centro de interesse “a superestrutura

ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX, 2010, p. 162).

Entendemos que o grande feito resultante da consideração à entrada da noção de ideologia nas ciências da linguagem foi dar a possibilidade, para Pêcheux, de uma maior sustentação a instabilidade da linguagem, exatamente pela determinação do ideológico. A busca da totalidade, noção marxista fundamental, traduz nos trabalhos de Pêcheux, uma filiação madura, capaz de retomar noções sem por elas se deixarem iludir. Este modo de filiação está presente no texto de Pêcheux, em que se explicitam, de modo mais claro, as relações entre linguística e o modo de produção que domina a formação social considerada. A ideologia e a linguagem constituem, assim, pontes que vão se estreitando ao longo do percurso teórico até fundirem-se numa totalidade que constitui objetos.

Embora o estruturalismo marque o tempo das articulações fundadoras, ele não significa a grade estrutural que poderia aprisionar. Ele serve sim como ponto inicial de onde Michel Pêcheux questiona exclusões e/ ou separações que a adoção de tal paradigma provoca, trazendo, dessa maneira, para o campo dos estudos da linguagem a ideologia, tomada como constitutiva. Como já apontamos, ele começa então a perseguir o ponto onde a ciência e a ideologia podem constituir ‘uma subjetividade não subjetivista’ (PÊCHEUX, 2009, p. 121).

É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso do discurso, explicitamente posta em relação à ideologia. Assim, este materialismo é uma teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo a teoria das ideologias. Assim, falar no legado do materialismo histórico é falar do real afetado pelo simbólico da história. “O homem faz história, mas esta também não é transparente a ele” (ORLANDI, 2008, p. 35-36). Por isso a produção de sentidos se dá na conjugação da língua com a história. Forma linguístico-histórica.

Este cenário de proposição de um deslocamento teórico que não mais questione o que o texto significa, mas como ele significa, reintegrando o sujeito à língua e mostrando a existência de uma relação entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva é a proposta da Análise de Discurso. Segundo Courtine, a Análise de Discurso é o “lugar de múltiplas tensões. Está dividida entre algumas maneiras de trabalho que a arrasta para a linguística e outras que a orientam para o lado da história” (COURTINE, 2006, p. 44).

Assim, à AD interessa observar a língua funcionando e produzindo sentidos por e para sujeitos, colocando em xeque a noção de interpretação em função da noção de compreensão. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. “A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam “escutar”, capturar outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (ORLANDI 2001, p. 26).

Compreender como um discurso produz sentidos implica observar a relação deste com o sujeito e a ideologia. Trabalhando, assim, na afluência desses campos de conhecimento, nesse caso, a Análise de Discurso desliza em suas fronteiras e produz um inédito recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essa forma de conhecimento em seu conjunto: o discurso.

2.2. O discurso na Análise de Discurso

O discurso na Análise de Discurso é definido por Pêcheux (1969) como “um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (PÊCHEUX, 2010, p. 191). História e sociedade são interdependentes no discurso, refletindo sobre a maneira como a língua está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua.

Segundo Courtine (2006, p. 57), o discurso constitui não o único, mas o mais maciço dos materiais da história. Nenhum discurso pode ser manejado sem ser submetido ao duplo questionário, crítico e genealógico, posto por Foucault, que visa identificar suas condições de possibilidade e de produção, seus princípios de regularidade, suas imposições e suas apropriações.

Dessa maneira, o discurso “é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua” (ORLANDI, 2001, p. 17). Segundo a posição de Orlandi (2008, p. 63), ele é definido em sua materialidade simbólica, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar, ou seja, o discurso assume forma material através de um texto.

Uma vez que o discurso é definido com “efeito de sentidos entre destinador e destinatário” (PÊCHEUX, 2010, p.81), sendo análise e teoria inerentes, e entendidas como ponto de encontro dos processos ideológicos com a língua, torna-se necessário

relacioná-lo às suas condições de produção específicas para verificar como um discurso faz e produz efeitos de sentido.

Cabe-nos ainda destacar a posição de Orlandi (2008, p. 115), que diz que o discurso se representa assim na sua materialidade linguístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea. O que está em discussão é a forma material, isto é, a projeção da discursividade no texto. Conforme afirma a autora:

Para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, pois o repetível, a nível do discurso é histórico e não formal (ORLANDI, 2012, p. 29).

Entendemos, assim que a textualização do discurso se dá a partir de condições sociais e históricas próprias, conjugadas pelo efeito ideológico, que determinam a passagem da constituição à formulação, originando uma unidade textual sujeita a falhas, equívocos e às incompletudes da língua em sua relação direta com a exterioridade. Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Em outras palavras, o discurso é essa conjugação necessária da língua com a história, produzindo a impressão/ilusão da realidade.

A noção fundadora que Pêcheux promove de discurso provoca confrontos do linguístico, histórico, ideológico, social e político. “Da mesma forma que o discurso não pode ser desligado de sua produção, tampouco pode ser da práxis política, econômica, religiosa... que muda as sociedades” (DE CERTEAU, 2001, p. 41). É importante enfatizarmos, então, que tais confrontos/contradições unem e dividem simultaneamente os discursos. Dessa maneira, o discurso representa os efeitos de luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem.

2.3. Discurso Político: funcionamento do discurso político

Pêcheux, a partir do fim dos anos 1960, na França, apresentou um projeto de constituição de uma análise do discurso que iria se dedicar ao discurso político como objeto privilegiado. Esta tentativa de se esforçar em apreender as formas textuais da representação do político que mascarava a relação de dominação política e as novas

formas que essa relação poderia tomar era o intuito desse movimento de pensamento que se esgotou na análise da dominação política.

Tal concepção de trabalho teórico, à qual Pêcheux tinha dado uma contribuição essencial, consistia em uma desterritorialização das disciplinas, em particular da linguística e da história numa perspectiva marxista. Essa tensão do político, na análise do discurso, marcou-se pela agitação das rupturas que atribuiu à função crítica da sua predileção: o texto como “objeto político”, ou seja, a história social dos textos que têm como campo o lugar de múltiplas tensões. Assim, segundo Courtine (2006, p. 68), todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar.

Nas leituras de Pêcheux, percebemos que há uma “ligação entre a prática política e o discurso” (PÊCHEUX, 2010, p. 25), ligação que para ele passa pela ideologia. (idem, 2010, p. 30). Sabemos que o discurso de fato “é a figura central que liga todos os fios: da linguística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política” (MALDIDIER, 2003, p. 45). Existe uma vontade crítica geralmente fundada num “engajamento político que reclama a inclusão do político e do social no domínio da linguagem” (COURTINE, 2006, p. 48).

Devemos levar em conta o aspecto histórico do conceito de discurso político – pois o que hoje se considera discurso político não o era outrora. Indiscutivelmente, o caráter institucional sempre esteve presente em tal caracterização. Mudaram, no entanto, os *meios* através dos quais se fala (se antes tínhamos comícios em praça, nos quais o enunciador empenhava-se em fazer com que todos o ouvissem, hoje temos diversas outras instâncias de propagação da *voz política*, a televisão, o jornal impresso, a internet, que a *mediam*).

Compreendendo que o discurso é pensado como uma relação de correspondência entre linguagem e as questões que emergem desse exterior, na situação do discurso concreto: quem fala, qual é o sujeito do discurso? A respeito do discurso político Courtine (2006, p. 64) explica:

[...] é necessário especificar o sujeito (do discurso político), que é, na realidade, muito mais complexo do que a ficção do sujeito falante à qual as teorias linguísticas se referem. O sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística,

diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política.

Ele é um lugar de memória que sustenta a conservação do arquivo e permite o ressurgimento dos enunciados. Memória que irrompe no acontecimento. Alguns enunciados permanecem em vigília e reaparecem quando preciso; outros, repetidos continuamente, podem desaparecer de repente.

De forma diversa, o discurso político tem lados, é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro.

Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, “se ele não desconstruir o outro ele não tem condições de construir a si próprio”, como afirma Pinto (2006, p. 92).

O discurso político precisa ser analisado nessas duas linhas: o êxito em desconstruir o outro e a forma como constrói a si próprio, como oposição ao outro. É importante observar que somos interpelados por múltiplos discursos. “Os discursos políticos têm locais de enunciação específicos, ou seja, é absolutamente legítimo quando ele parte de partidos políticos, de assembleias legislativas, do governo” (PINTO, 2006, p. 91).

Mas devemos considerar que nas democracias contemporâneas cada vez mais existem outros espaços de construção do discurso político, que concorrem com os espaços tradicionais. Há o discurso político estrito senso, que é o discurso político que tem locais de enunciação muito claros, que são os locais de política, mas também há o discurso político feito na imprensa e o discurso político feito na sociedade. Quanto mais se democratiza um país, mais haverá cidadãos falando de seus problemas em locais não tradicionais da política (PINTO, 2006, p. 91-92).

Para nos ajudar a compreender e a descrever algumas das regularidades recorrentes no discurso político, fazemos referência a Le Bart (1998) no que diz respeito às quatro crenças ou ilusões necessárias para produção desse discurso:

Le discours politique contribue a legitimer l'ordre politique en nouant les fils d'une intrigue en quatre temps, dont la trame peut s'enoncer comme suit: 1/ La réalité sociale est transparente; 2/ L'autorité politique est legítíme; 3/ Elle maîtrise les phénomènes sociaux; 4/

L'adition des citoyens forme une communauté (LE BART, 1998, p. 70)³.

A partir das categorias propostas por Le Bart, diríamos que seria próprio ao discurso político produzir uma imagem simplificada da sociedade, a partir da qual, apresenta soluções e rege o social.

Le Bart (1998) vai dizer que parece ser próprio, ao discurso político, a autoridade política se afirmar legítima (“*L'autorité politique est legítme*”). Então é notável que a personalização da política e do indivíduo que a ocupa imaginariamente, determinado lugar, confere, de certa maneira, esta legitimidade através de qualificativos que a sociedade estabeleceu ao político (verdadeiro, trabalhador, etc.).

A partir dessa imagem de um preenchimento total do lugar social em que o sujeito enunciador se inscreve para falar, projeta-se uma imagem de que cabe ao sujeito político o direito e o dever de *explicar o mundo*; com isso, em última instância, o sujeito político se apresenta como aquele (apenas ele) que pode reger o social (explicando-o, consertando-o). Diremos que a imagem que o sujeito faz do lugar que ocupa e de uma inscrição ideal nele, não só legítima simbolicamente sua posição de sujeito como lhe confere um poder para agir sobre o social.

Esse jogo de imagens que estamos descrevendo não é indissociável da imagem produzida no interior do discurso político sobre o interlocutor, descrevendo as formações imaginárias. Outra ilusão, que Le Bart aponta como constitutiva ao discurso político, fala justamente do *outro* do discurso político – “*L'adition des citoyens forme une communauté*”. Por meio dessa ilusão, o sujeito político “*esquece ou pretende fazer esquecer a diversidade das individualidades pessoais, em nome de “interesses coletivos/gerais*”.

Consideraremos tal ilusão, a partir de generalizações feitas no discurso político que produzem um *efeito de persuasão*, que diz respeito aos interlocutores e ao efeito de uma representação *efetiva* que engloba imaginariamente a totalidade dos representados. Contradições unem e dividem simultaneamente os discursos políticos, representando sua forma na memória discursiva, governando o funcionamento polêmico do discurso.

³. O discurso político contribui para legitimar a ordem política amarrando os fios de uma teia em quatro tempos, cuja trama pode ser enunciada da seguinte forma: 1/ A realidade social é transparente; 2/ A autoridade política é legítima; 3/ Ela tem o domínio dos fenômenos sociais; 4/ A soma dos cidadãos forma uma comunidade. Tradução feita por mim com a revisão da professora Maria de Fátima Vilar de Melo.

Dessa maneira, o discurso político, no seu funcionamento polêmico do discurso, representa os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem.

Pensando essa proposta e considerando nosso quadro teórico de referência, propomos uma leitura dessas *ilusões* de Le Bart tendo em vista o conceito de formações imaginárias proposto por Pêcheux (2010, p. 82-83), no qual o autor descreve o jogo de imagens que funciona quando há inscrição do sujeito num dado lugar social.

Essas imagens dizem respeito à posição do sujeito inscrito neste lugar (quem e que pode falar/ como e que se pode falar) e ao destinatário desse discurso (como é representado o lugar social para quem se fala). A seguir veremos o quadro de imagens proposto pelo autor, uma vez que todo processo discursivo supõe a existência das formações imaginárias.

Essa estratégia do discurso se fundamenta na antecipação das representações do outro, o que Pêcheux (2010) chama de jogo das formações imaginárias: a imagem que o sujeito faz do assunto, de si mesmo, do outro. Cada um prevê as expectativas de seu interlocutor. Esta antecipação do que o outro vai entender é constitutiva de todo discurso.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questões implícitas cuja 'resposta' subentende a formação imaginária correspondente
A. IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B. IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?”
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?”

A este esquema Pêcheux acrescenta outro constituído dos pontos de vista de A e de B sobre o referente:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questões implícitas cuja 'resposta' subentende a formação imaginária correspondente
A. IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B. IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Esquemáticamente quanto à significação da expressão, temos:

- 1) Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, correspondente à questão “quem sou eu para lhe falar assim?”;
- 2) Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta “*quem é ele para que eu lhe fale assim?*”;
- 3) Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta “*quem sou eu para que ele me fale assim?*”;
- 4) Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a questão “*quem é ele para que me fale assim?*”;
- 5) O “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “*de que lhe falo assim?*”;
- 6) O “ponto de vista” de B sobre R, correspondente à “*de que ele me fala assim?*”.

Ao observarmos que Pêcheux (2010) aborda o político no discurso como cita: “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (PÊCHEUX, 2010, p. 24); entendemos que todo discurso é político.

Acreditamos, assim, serem as Formações Discursivas e Imaginárias que contribuem para a formulação e circulação dos “efeitos de sentidos entre A e B” (PÊCHEUX, 2010, p. 81) que dão o funcionamento ao discurso.

Sabemos que o processo discursivo coloca em jogo uma série de imagens que o sujeito enunciador faz de si, do outro e do referente do qual fala. Analisar tais funcionamentos simbólicos, que marcam o funcionamento do discurso político no discurso, parece-nos um desafio. Tais funcionamentos são produzidos a partir da projeção imaginária que o sujeito enunciador faz de sua inscrição em determinado lugar social que, ao mesmo tempo, o legitima e o destaca em um grupo do qual é, imaginariamente, dono do seu discurso. Esta imagem é frequentemente, mas não sempre, atrelada ao sujeito, que possui um discurso político, inscrito em um lugar social.

Constatamos assim que uma das regularidades do funcionamento do discurso político é a imagem simbólica que o sujeito enunciador faz de sua inscrição em determinado lugar social, autorizando-se a falar. Para isso, uma série de imagens é projetada produzindo efeitos de sentido, uma figura do enunciador como aquele que sabe do que fala e por isso tem a ilusão que pode falar.

Deste mesmo modo diz Courtine (2006) quando expõe que o funcionamento do discurso político reúne enunciações de vozes, isto é, um conjunto de posições do sujeito, conjunto de modos de enunciação que o sujeito falante deve ocupar ou tornar-se o sujeito do discurso.

O enunciador do discurso político encontraria objetos discursivos sobre o qual seu modo de enunciação está baseado... por meio de marcas pessoais, tempos, aspectos, modalidades... que permitem a produção da formulação pelo sujeito político (COURTINE, 2006, p. 75).

Além disso, a existência do funcionamento do discurso político está presente no interdiscurso e no intradiscurso, que regem certas escolhas de enunciação que são operadas por quem enuncia o discurso. Como acontece em todo discurso. Dessa maneira, os enunciados são divididos por equívocos que unem e dividem os discursos políticos. Se o enunciado dividido é uma das maiores formas de enunciado político é pelo fato de representar sua forma no interdiscurso, que rege o funcionamento polêmico deste discurso.

Entendemos por ‘enunciados divididos’ a formação que constitui o saber próprio de uma Formação Discursiva, de agora em diante FD, existente ao longo do tempo de uma memória, ao passo que um evento discursivo inscreve-se no tempo curto da atualidade de uma enunciação. Conforme afirma Courtine (2006), os enunciados divididos formam-se na tensão que liga processos discursivos inerentes a duas FDs opostas, materializando linguisticamente essas contradições interdiscursivas, bem como as fronteiras entre esses domínios de saber. “Dessa maneira, o discurso político representa os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem” (COURTINE, 2006, p. 74).

Nesta relação, portanto, o enunciado dividido afirma a posição da AD no que se refere à posição do sujeito no processo de formação do discurso, reafirmando a sua não intencionalidade. O enunciado dividido é uma modalidade que permite observar diferentes posições-sujeito na formação discursiva e também as relações entre formações discursivas diferentes.

Então, o discurso político, no seu funcionamento de natureza polêmica do discurso, representa os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem, que “governam o funcionamento polêmico do discurso”, citado por Courtine (2006, p. 74).

De tal modo, o funcionamento do discurso político constrói uma subjetividade que configura um sujeito detentor de um poder de ação sobre a exterioridade/ o social, desse modo, e por meio do sujeito político, e só por ele, que se pode mudar o social. Esse poder de agir sobre o social traz consigo a necessidade de mudar o social. É próprio ao discurso político apontar necessidade de mudança, construindo a necessidade de um outro caminho, diferente, melhor, que só vai ser possível pela ação direta do sujeito político.

Desse modo, desejamos interpretar os efeitos de sentido produzidos nestes processos discursivos do discurso político das charges, através deste funcionamento discursivo, onde o político nos permitirá identificar e interpretar os movimentos de novos dizeres e as relações de regularidade e instabilidade dos sentidos nestes discursos chargísticos.

2.4. As charges: do texto ao discurso

No início do século XIX, o desenhista francês Honore Doumier fez uma crítica ao governo de sua época no jornal “La Caricature”. Esse gesto de interpretação⁴ foi demonstrado através de um desenho. O seu discurso ganhou destaque, quando foi veiculado ao jornal. O texto⁵ após já consolidado no suporte jornalístico, foi se destacando com mais intensidade e outros jornais passaram a publicá-lo. Assim, a charge jornalística impressa ultrapassou as fronteiras da França e conquistou os jornais do mundo inteiro.

O grande volume de produção das charges está intimamente ligado, entre outras questões, à necessidade do ser humano em produzir críticas ao sistema sócio-político no qual se encontra inserido, principalmente no que tange àqueles que detêm o poder político e/ou econômico ou simplesmente ironizar, contradizer no simbólico um acontecimento sócio-político dado numa determinada sociedade.

Conforme diz Oliveira (2001, p. 265):

⁴. É o lugar próprio da ideologia e é “materializado” pela história. É o vestígio do possível. “É um ato no nível do simbólico”(PÊCHEUX 1969) . O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude. Ele se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política. Desse modo é possível apreender a textualização do político no gesto de interpretação (ORLANDI, 2012, p.18-19).

⁵. É necessário frisar que o discurso não é um conjunto de textos, mas uma prática. Segundo a AD, texto é uma categoria teórica que não se confunde com texto empírico. Toda e qualquer materialidade que dá suporte a um discurso. Deve ser compreendido como um suporte através do qual um discurso se materializa, podendo ser tal suporte verbal ou não-verbal. (INDURSKY, 2011, p.76).

Os textos de charge ganham mais destaque, quando a sociedade enfrenta momentos de crise, pois é a partir de fatos e acontecimentos reais que o autor tece sua crítica num texto aparentemente despretenso.

Vindo do francês *Charger*, o termo charge significa carregar, exagerar, atacar, segundo Rabaça & Barbosa (1995). Ela se constitui na relação com outros discursos, que se constituem na tensão do dizer com a memória discursiva, como abordaremos mais adiante.

Sabemos que tal discurso, contudo, retoma um fato pontual⁶ da vida social da humanidade. Segundo observamos no relato da Enciclopédia Barsa (2004), havia um papiro remanescente do antigo Egito no qual se vê retratado o Faraó Ramsés II com orelhas de burro. Assim, podemos supor que a necessidade de denunciar, criticar aqueles que exercem o poder, através de gestos de interpretação, é bastante antiga na sociedade. Neste aspecto podemos apontar a caricatura, recurso imagético muito usado pelo chargista, como um dos primeiros a ser utilizado para este fim, criticar os poderes constituídos.

Podemos perceber que, socialmente, a charge e a caricatura encontram-se entrelaçadas ao binômio: história-memória. Sendo a charge uma forma de discurso polêmico (opinativo) que faz parte do discurso jornalístico inserido na história de um grupo social. A recepção dela pelo sujeito/leitor depende da existência de uma memória social, que é acionada no momento do gesto de leitura, permitindo-lhe construir os possíveis efeitos de sentido que ela produz.

Essa posição é também postulada por Oliveira (2001, p. 265) para quem: “os textos chargísticos constituem, por isso, uma vasta memória social, sem a qual não poderia haver História, que só se constitui pelo discurso”. E ainda: “o que merece destaque, porém, é a imprescindível relação do fato histórico com o texto chargístico, este, por recuperar aquele, torna-o memorável⁷”.

⁶. Um fato pontual, que possui relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser lembrado na História, que remonta um passado de um povo (LE GOFF, 2012, p. 11).

⁷. Segundo Guimarães (2002, p.12), todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Assim o autor formula o conceito de memorável como “presente e futuro próprios do acontecimento que funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, o memorável não é um conceito discursivo. É o passado pensado de maneira enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento.

Partindo destes postulados a respeito da importância da história e da memória na constituição dos sentidos de um texto chargístico, entendemos que a caricatura presente nesse texto é também importante para a presentificação dessa memória no acontecimento discursivo.

Silva (1992, p. 52) propõe que a charge é uma forma distinta da caricatura e a conceitua como uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. É a reprodução gráfica de uma notícia, já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista, que tanto pode se apresentar somente através de imagens, quanto combinando imagem e texto.

Ainda este autor explica que a charge pertence ao universo jornalístico e advém do limite da fronteira do real⁸, porque possui limite de tempo e espaço, está sintonizada com o momento existido, com fatos e personagens da atualidade e geralmente seu referencial é vivido. Assim, a vitalidade humorística da charge advém do real, da apresentação de facetas ou de instantes que traduzem o ritmo de vida da sociedade que flagra as expressões hilárias do cotidiano. Sua intenção é representar o real da história no real da língua, criticando-o.

Assim sendo, cabe ao analista de discurso: o reconhecimento do real na/da língua, bem como as limitações de uma ciência que o move em sabê-la. [...] Nos diz que: “(...) há ‘coisas a saber’ (conhecimentos a gerir e a transmitir), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ — porque esse real é impiedoso” (PÊCHEUX, 2008, p. 34-35).

Há ainda, a impossibilidade de, discursivamente, um texto assumir uma política de fechamento do que enuncia. Deste modo, tudo que acima expusemos leva-nos a dizer que, mesmo havendo a necessidade de o analista de discurso agarrar-se a espaços discursivos logicamente-estáveis os quais o fariam supor certa interdição à interpretação, ainda assim a leitura que ele reproduz de um dado discursivo não elimina o equívoco constitutivo da própria língua.

⁸. O real aqui mencionado, trata-se do real da história. Faz-se necessária uma breve apresentação de dois significados de real: o de real da língua e o de real da história. O primeiro diz respeito àquilo que escapa à língua e que a revela enquanto sujeita a falhas. Não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso. A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua” (Gadet & Pêcheux, 2004, p.64) É o que Lacan (1996) denominou de *lalangue*, em português, alíngua ou lalingua. O segundo diz respeito ao real que a história comporta e que seria o da luta de classes (PÊCHEUX & GADET 1981).

Como, então, uma descrição está exposta ao equívoco, e já que “não há metalinguagem” (mas uma língua variável que vai sendo reformulada cada vez que uma leitura é produzida), conforme assevera Pêcheux (2008, p. 53), entendemos que sempre haverá nela uma abertura (re) velada do dizer. Assim, a partir destas considerações, percebemos que juntos, estes dois reais trabalham para a construção de sentidos dos discursos chargísticos.

Em face dessa observação, importa salientar que um texto só deve ser visto na condição de um suporte logicamente-estável em uma perspectiva material discursiva, já que nesta conjectura-se haver um todo sendo vigiado de (suas) equívocidades.

Pensando desta maneira, compreendemos que estamos tratando da charge como discurso “porque se nutre de já ditos permanentemente, que estão sintonizados com as inscrições históricas, sociais e ideológicas do comportamento coletivo” (SILVA, 1992, p. 53), e certamente disputam novos significados.

Na perspectiva discursiva, a charge produz efeitos de sentido e aponta para sentidos possíveis e, geralmente, ordena, questiona e se cerca de novos dizeres, possibilitando uma tomada de posição mediante a produção de sentidos outros, marcando a relação entre aquele que a observa e os sentidos que nela se instalam, marcando a afinidade entre os interlocutores.

Ao retomarmos as considerações de Foucault sobre a relação entre texto e autor, Orlandi (2008, p. 91), afirma que o texto, de acordo com a concepção de Foucault (1971), é considerado como unidade de análise. Uma unidade feita de som, letras, imagens, sequências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se apresenta em sua origem, fazendo do texto uma unidade, ao proporcionar coerência, não-contradição, progressão e finalidade. Orlandi também desloca tal concepção, de-sacralizando o texto e seu autor. Nessa perspectiva, texto e autor se atualizam no ordinário do dizer, toda vez que o sujeito se coloca, imaginariamente, na origem do que diz, produzindo uma unidade de sentido em relação à situação.

Nesta distinção em relação à posição foucaultiana, Orlandi (2008, p. 91) também defende o texto enquanto função discursiva, ao lado das funções enunciativas de locutor e de enunciador, possibilitando um dizer que produz uma unidade de sentido em relação à materialidade do discurso na história. Então, conforme pensa Orlandi, (2008, p. 95), o texto é o vestígio de textualizações possíveis, em que um lugar de significações permanece aberto a outras tantas textualizações. No texto não há uma relação fechada,

homogênea. “Todo texto é heterogêneo” (ORLANDI, 2008, p. 94), um espaço simbólico em que o sujeito por sua função-autor trabalha a formulação, a reformulação, o horizonte possível do reconhecimento e do deslocamento dos limites do dizer. Já o discurso é simbólico e político, produzindo uma decolagem, uma distância não preenchida, um desvio que marca uma relação que não é perfeitamente ajustada em relação à discursividade.

A passagem do texto ao discurso desemboca na consideração do espaço-tempo (linearidade) e da dimensão da linguagem, colocando em relação o comensurável com o incomensurável, o empírico com o simbólico e o político. Enquanto no texto o acontecimento é limitado no tempo e espaço, em sua representação, no discurso o acontecimento é incomensurável e produz efeitos de sentidos entre locutores, se materializando no texto. Enquanto no texto há unidade, acabamento onde a linguagem tem imaginariamente dimensões precisas, no discurso há dispersão, incompletude, circulação de sentidos.

Assim, “há entre o texto e o discurso uma espaço longo, de indecisões, de limites fluidos” (ORLANDI, 2008, p. 113). A não sobreposição perfeita, o ajuste inevitável entre discurso e texto resulta na multiplicidade possível de sentidos, atestando mais uma vez a abertura do simbólico, deixando ver os pontos de subjetivação do sujeito afetado pela história. Um sujeito que funciona pelo inconsciente e pela ideologia, que interpreta o indivíduo em sujeito.

Já que a charge é discurso e tem em sua marca a relação entre os interlocutores, como todo discurso, numa exterioridade (simbólica e ideológica/política) que se origina a partir de um acontecimento histórico, incomensurável; ela conseqüentemente produz uma leitura interpretativa dos fatos que é assimilada por sujeitos leitores e, assim constitui parte de um imaginário social sobre um dado assunto. Dessa forma, pensamos a charge como um discurso, que gera efeitos de sentidos, carregado de incompletude e movimentação de sentidos, que se materializa em texto e faz parte do discurso jornalístico.

2.5. As charges no discurso jornalístico

Teceremos aqui algumas considerações sobre o modo de funcionamento do discurso jornalístico e para tal, traremos o pensamento de Mariani (1998), que afirma que o discurso jornalístico tem como propriedade “o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade” (MARIANI, 1998, p. 63). No entanto, a autora caminha rumo à desconstrução do mito da informação jornalística, pelo qual o jornal apenas noticiaria os fatos e estes falariam por si. Não haveria, assim, interpretação ao relatar os fatos. Em oposição, a autora afirma que:

O discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros (MARIANI, 1998, p. 60).

Desse modo, o funcionamento do discurso jornalístico produz efeitos de sentidos que tanto podem remeter a uma memória do passado quanto podem construir uma memória do futuro, como nos diz Mariani. A imprensa, assim, não é neutra e não transmite “informações”, ela noticia os fatos a partir de um lugar interpretativo que, entretanto, em tempo nenhum, é imparcial. Com isso, o discurso jornalístico atua na institucionalização social de sentidos, ou seja, produz uma leitura interpretativa dos fatos que é assimilada por sujeitos leitores e, assim constitui parte de um imaginário social sobre um dado assunto. Portanto “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1998, p. 61).

Cabe fazer uma ressalva ao termo “fatos” para diferenciarmos as suas diversas concepções no campo da História e do Jornalismo, em relação à nossa compreensão enquanto analistas de discurso. Ao tratar da diferenciação entre as noções de acontecimento histórico, jornalístico e discurso, Dela-Silva (2008) retoma a concepção de fato histórico, conforme apresentada em Le Goff (2012):

um fato pontual, que por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser rememorado na História, que remonta um passado de um povo, narrado pela ciência histórica. É um objeto dado e

acabado, pois resulta da construção do historiador (LE GOFF, 2012, p. 11).

Já na perspectiva da AD, fato é a produção interpretativa, gestos de interpretação que produzem sentidos. Ainda apoiados nas reflexões de Dela-Silva (2008), trazemos a distinção entre acontecimento histórico, acontecimento jornalístico e acontecimento discursivo. O acontecimento histórico é o resultado de uma seleção, feita pelo historiador, que se inscreverá na história enquanto ciência. Ou seja, é um acontecimento histórico que pode ser discursivizado de diferentes maneiras e produzir efeitos de sentido diversos. Já o acontecimento jornalístico

é compreendido como um fato, uma ocorrência no mundo; mas um fato que gera notícia, que por sua relevância perante a avaliação dos jornalistas do que se constitui como interesse público, merece estar presente nas edições diárias dos noticiários impressos ou eletrônicos. Trata-se de um acontecimento enquanto referente, com uma existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever (DELA-SILVA, 2008, p. 15).

Tal acontecimento jornalístico, quando o observamos discursivamente, é marcado por um gesto de interpretação, que se mostra na seleção do que será notícia ou do que não será notícia. O mito da informação, dessa maneira, é deixado de lado, pois o jornal e os jornalistas selecionam o que seria, imaginariamente, de interesse público, tomando, assim, um posicionamento interpretativo diante dos fatos. A notícia, assim constituída, não poderia ser tomada como transparente, nem como transmissão de informações, dotada de objetividade.

Já o acontecimento discursivo se dá, segundo Pêcheux (2008, p. 17), “no ponto de encontro de uma atualidade com uma memória.” Sendo assim, não se trata de tomar as charges jornalísticas como verdade, mas sim de concebê-las como ponto de encontro, de entrelaçamento de sentidos da atualidade com sentidos já existentes em uma memória discursiva. Observamos, portanto, que o discursivo, a relação de sentidos que a charge jornalística carrega e produz, mostra-nos bem o processo de produção de sentidos que nela acontece.

Segundo Dela-Silva (2008), o acontecimento discursivo está relacionado a dizeres que se encontram, produzindo efeitos de sentido, promovendo rupturas. Entendemos, assim, que a produção chargística também relaciona estes dizeres, dentre os diferentes modos de a mídia noticiar um fato. A charge aparece no interior do

discurso jornalístico, deslizando sentidos e seus fatos apresentados possuem singularidades, dando-nos a ilusão da imparcialidade.

Na mesma linha de pensamento Mariani diz:

[A charge] corresponde ao lugar privilegiado que dentro do discurso jornalístico faz deslizar os sentidos. Nas charges [...] encontram-se muitas vezes os movimentos de resistência à linha editorial de um jornal, contribuindo, deste modo, na ilusão de imparcialidade (MARIANI, 1998, p. 243, nota 18).

Depreendemos deste modo, um funcionamento diverso do discurso jornalístico impresso, pois, por vezes, os sentidos produzidos nas charges podem ser de resistência a sentidos estabilizados pelos relatos verbais e não-verbais. Esse jogo entre estabilização e ruptura aponta sentidos outros. Deste modo, a charge pode funcionar como denúncia social, produzindo sentidos que não estão visíveis, “por sofrerem efeito de uma política de silenciamento” (ORLANDI, 2007, p. 102). As charges são, portanto, um furo no discurso jornalístico onde sentidos outros podem comparecer.

É por isso que, no caso específico das charges, atentamo-nos para o seu caráter crítico, social e político. Assim, pensamos a charge como discurso de circulação social, com função também de produzir crítica de caráter sócio-político.

2.6. A natureza sócio-política da charge

Dentre os conceitos que formam o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, temos *as condições de produção do discurso*, uma noção basilar da AD. Baseados nos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, refletiremos um pouco sobre esta ideia, porque o leitor precisará ter uma breve noção para entender a natureza sócio-política da materialidade discursiva da charge.

É importante ressaltar que as condições de produção não devem se restringir apenas à noção empírica de situação de enunciação (compreendendo as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato), essa está em um lugar teórico outro. As condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico, por isso, a busca do analista pelas condições de produção do discurso não pode ser descomprometida com o aspecto histórico e ideológico “dos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 95).

Pensamos analisar a natureza sócio-política das charges, considerando as condições de suas produções, a partir dos posicionamentos políticos-ideológicos que caracterizaram as ações dos partidos políticos envolvidos no segundo turno para eleições presidenciais do ano de 2010, como também o contexto histórico dos acontecimentos que contribuíram para produção destes discursos chargísticos.

Como já mencionamos, a natureza da charge impressa é sempre uma publicação de um veículo de comunicação, geralmente um jornal (ou revista), e se localiza comumente próxima aos textos de opinião, principalmente o editorial.

Isso implica, na maioria das vezes, em uma coerência do discurso da charge com a linha editorial do veículo de comunicação no qual circula, obrigando, de certa forma, o autor/chargista a tomar certos cuidados no processo de produção de seus discursos.

Porém, percebemos, ao analisar as charges, o gesto de interpretação do autor, que na maioria das vezes, intuitivamente, não segue linha editorial do jornal, quando silencia um discurso, e por conta deste silenciamento, produz dizeres que apontam diretamente para um real da história, indo de encontro com a linha editorial o jornal, fato que o jornal pretendia resguardar, acabando fazendo um trabalho com o real da língua, mobilizando memórias: discursiva e social do leitor para interpretá-los.

Esses movimentos de memórias nos sugerem gestos de interpretação daquilo que está sendo enunciado e segundo Orlandi (2001, p. 80):

[...] significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele [o enunciado] é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer, sua memória. Representa assim a alteridade por excelência, (o Outro), a historicidade.

Ela seria também aquilo que compõe a natureza deste discurso chargístico, assim como os implícitos, os quais são bem definidos por Achard (PÊCHEUX, 2010, p. 13):

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição -no vazio- de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re) construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo.

Percebemos que os implícitos comportam sempre a (re) construção no funcionamento do discurso. A paráfrase permite, com sua regularidade, sim o

reconhecimento de um já dito, porém; o novo contexto em que o discurso foi produzido contribui para a construção de outros sentidos de que esse novo dizer produzirá. ‘O passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos’ (PÊCHEUX, 2010, p. 14). Entendemos, então, que nem sempre essa memória é do armazenamento. Ela também é construção.

Podemos perceber que na leitura de uma charge, ocorre de fato a vinculação da memória armazenada mais o trabalho da re(construção) dos implícitos produzindo sentidos. Assim, verificamos que, por pertencer ao discurso jornalístico, a charge se articula com textos que constituem o seu entorno, além de dialogar com os demais discursos, mobilizando memórias e oferecendo ao leitor gestos de interpretação. Dessa maneira o eixo temático abordado na charge geralmente está interligado com outros ditos também veiculados no jornal, além de, muitas vezes, confirmar, esclarecer ou até mesmo contradizer os eventuais sentidos destes dizeres.

A natureza sócio-política da charge atua como efeito de deslocamento, cuja função é contestar o simbólico do real posto. Neste sentido, as charges retomam antigas formas de representação sobre acontecimentos, muitas vezes, já-ditos em outros acontecimentos jornalísticos. De acordo com Romualdo:

[...] as charges exploram um artifício ainda mais formador/transformador das representações sociais, a comicidade, passível de assimilação por todos os níveis de conhecimento, capaz de se objetivar por meio de um conhecimento [...] generalizado dos personagens caricaturados e de temas atuais, ao pautar sua credibilidade na qualidade, no desenho (ROMUALDO, 2000, p. 87).

Essa imbricação de atuação social e política de caráter também cômico é evidenciada na construção discursiva da charge, constituída de múltiplos sentidos que se dão no simbólico das relações de sentidos entre os interlocutores, com toda sua característica de disseminação discursiva, incompletude, movimentação de sentidos. Conforme também pensa Romualdo (2000, p. 87), “a charge apresenta características polissêmicas e se evidencia nas relações estabelecidas entre o verbal, o visual”.

A materialidade da charge revela os principais fatos, geralmente relacionados às naturezas: política e social. Desse modo, como estamos tratando de charges jornalísticas impressas, também percebemos que há uma relação de acontecimentos jornalísticos

veiculados no jornal com os quais o conteúdo da charge estabelece interdiscursividade, principalmente com a primeira página do jornal. Segundo o autor:

[...] por apresentar a primeira página do jornal um discurso, cujo objetivo é atrair público com perfis diversos. É natural, portanto, que a maioria das charges se relacione interdiscursivamente com textos da primeira página. O sujeito/leitor, ao ler o texto chargístico, geralmente já correu os olhos pela primeira página do jornal e faz relação com os efeitos de sentidos produzidos pela charge (ROMUALDO, 2000, p. 88).

O autor ainda afirma que a natureza do discurso chargístico estabelece interdiscursividade com as páginas jornalísticas denominadas “Opinião”, que apresentam os editoriais, artigos assinados, bem como páginas que abordam “Tendências/Debates”, o “Painel do Leitor” e, ainda, a própria charge. No que concerne à memória discursiva da charge, Romualdo garante que:

Quando um assunto importante é focado por alguns dias, a tendência é de que haja não só um acompanhamento desse assunto nas notícias, mas também nas charges. Nesses casos, as charges dos dias anteriores – para os sujeitos leitores habituais – funcionarão como interdiscurso da charge do dia, pois, embora aquelas sejam mediadas pelos outros textos do jornal, também contribuirão para a formação da natureza sócio-política (contexto) necessária à interpretação desta (ROMUALDO, 2000, p. 90).

De certo modo, a própria relação entre a charge e os textos jornalísticos auxilia-nos a entender o gesto de interpretação do discurso chargístico, contudo, sabemos que o conjunto do verbal e não-verbal da charge denuncia a vinculação a uma formação ideológica, ponto que será trabalhado no item 2.9. desse capítulo.

Há, então, no que se refere à natureza sócio-política da charge, em sua produção, uma ligação necessária do sujeito com o simbólico em produzir esclarecimentos, denúncias, afirmações ou críticas ao sistema sócio-político no qual se encontra inserido, principalmente no que tange àqueles que detêm o poder político e/ou econômico da sociedade.

Deste modo, a charge é mais do que uma imagem, é um discurso que possui caráter histórico e político. A materialidade linguística e/ou discursiva presente nela revela o lugar onde a memória discursiva e também a social manifestam sentidos possíveis e múltiplos - cuja função é, pois, satirizar, apontar e/ou problematizar

acontecimentos de natureza sócio-política de uma determinada sociedade - estes estão no domínio do visível e do imaginário, social e coletivo, dadas as diversas materialidades simbólicas de significação que circulam na sociedade, a exemplo, “[...] pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc.” (ORLANDI, 2012. p. 12).

Enfatizamos que a noção destes acontecimentos faz-se necessária para a compreensão dos sentidos que foram deslocados e que se encontram nas materialidades discursivas das charges, a fim de o identificarmos neste funcionamento discursivo. Os deslocamentos ou repetições que encontramos nestes enunciados não constroem os mesmos efeitos de sentido, ou seja, os enunciados podem “[...] remeter ao mesmo fato, mas não constroem a mesma significação”, são, portanto, polissêmicos e/ou parafrásticos que aludem ao mesmo fato, mas que não têm a mesma significação” (GREGOLIN, 2006, p. 27).

Assim, entendemos que a natureza da charge está permeada por múltiplos sentidos, que se tensionam, complementam e inter cruzam com o intuito de assegurar novos dizeres. Se os novos dizeres são elaborados a partir de outros discursos, deste modo, também ocorre com a charge. Ela não promove efeitos de sentido se não for produzida a partir de um contexto social, uma realidade simbólica local que a releve.

Tal natureza produz efeitos de sentidos que são representações do mundo que traz, na sua constituição, marcas de diversidade que possibilitam novas conexões entre história e linguagem e multiplicam as perspectivas de leitura e ressignificação, mediante a leitura do sujeito sobre os acontecimentos políticos e sociais que surgem na história da sociedade.

Tais processos estão relacionados ao sentido quanto à natureza do processo de produção do discurso. Dessa maneira, conforme diz Orlandi, (2001, p. 36), “todo discurso se faz na relação de tensão: entre o mesmo e o diferente.” Portanto “todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre estes processos”. Assim, o próprio funcionamento da paráfrase pode dar lugar à polissemia a fim de produzir discursivamente sentidos.

2.7. O mesmo e o diferente no discurso da charge: produção discursiva do sentido

Entendemos, então, que trabalhar o mesmo e o diferente no discurso da charge é estar observando retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos.

sob o 'mesmo' da materialidade da palavra abre-se em meio ao jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se sobre si mesma, esburacando-se, perfurando-se antes de se desdobrar em paráfrase (PÊCHEUX, 2010, p. 65).

Poderíamos dizer que a retomada parafrástica se constrói a partir da FD, ou seja, a repetição é o funcionamento do discurso que permite ao analista o gesto de observar e descrever funcionamentos regulares, agrupando-os. Porém, essa nova enunciação do "mesmo" não é a simples repetição. “A enunciação é um acontecimento que não se repete”; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reproduzir” (FOUCAULT, 2002, p. 116) – então é preciso considerar que o produto desse processo de formulação parafrástica - a paráfrase - não pode ser reduzido sempre à pura e simples regularização, pois a enunciação possui um caráter de irrepetibilidade.

A relação entre paráfrase e polissemia, indispensável aos discursos, é a que permite “a fluidez dos sentidos” (ORLANDI, 1998), por meio do jogo entre o mesmo e o diferente; da repetição do mesmo, no caso dos processos parafrásticos, e de rupturas, deslocamentos nos processos de significação, no caso dos processos polissêmicos. Nos termos de Orlandi (2001, p. 36): “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, se significam”.

Orlandi também afirma ser “difícil traçar fronteiras bem definidas entre o mesmo e o diferente, quando se pensa a linguagem do ponto de vista do discurso, dado que o funcionamento mesmo da linguagem se fundamenta numa tensão permanente entre tais processos” (idem, 2001, p. 36). Os primeiros seriam “aqueles por meio dos quais em toda enunciação existe sempre algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória”; os segundos seriam responsáveis “pelo deslocamento, pela ruptura de processos de significação”.

Se, de um lado, a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços de dizer, se pelo processo parafrástico se produzem formulações diferentes do mesmo dizer sedimentado, estabilizado, por certa regularidade; de outro os processos polissêmicos “jogam com o equívoco”, produzindo o movimento dos sentidos.

A “con-fusão” entre estes dois processos não fica sujeita à diferença no discurso. “Confusos, pois obscuros e transparentes, misturados ou combinados, difusos ou

dispersos. O ‘mesmo’ e o ‘diferente’ às vezes não são passíveis de distinção do discurso” (ORLANDI, 2008, p. 50-51).

Apesar das materialidades discursivas serem construídas na formulação do mesmo, parafraseando tudo o que já foi vivenciado (ouvido, lido, aprendido, intuído, percebido, entre outras ações), em alguns momentos se consegue realizar uma ruptura e experimentar um sentido novo no dito. E é nesse jogo que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos e se (re) significam.

Ainda é preciso acrescentar que:

se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos, nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados (ORLANDI, 2001, p.37).

Orlandi também enfatiza que os sentidos do discurso se dão pela deriva da distinção mesmo/diferente. “Situação particular de significação em que jogam o sentido e o seu duplo: in-diferença, in-significância, in-disciplina, in-constância” (ORLANDI, 2008, p. 51). Então, o jogo da paráfrase e da polissemia atua fundamentalmente no estabelecimento do um, do mesmo e da permanência do sentido. A verticalidade (o interdiscurso, o repetível), ao mesmo tempo, fixa e desmancha qualquer origem.

Segundo a concepção materialista do discurso, as formações discursivas são componentes das formações ideológicas, as quais, por sua vez podem abranger uma ou várias formações discursivas interligadas. O discurso, então, é concebido como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica. E dado que as formações discursivas representam, no campo da linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes, são justamente elas que “interpelam os indivíduos em sujeitos” de seus discursos, como afirmam Pêcheux & Fuchs (PÊCHEUX, 2010, p. 165).

De tal modo, “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’ (PÊCHEUX, 2010, p. 167). Tal afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido também é citada por Orlandi que diz que “não há sentido sem repetição”, sem sustentação no saber discursivo, e o diferente “é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se

os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” Orlandi (2001, p. 38).

O mesmo é a sincronia de circulações distintas de significado no próprio “objeto simbólico”. Assim, “o sujeito e os sentidos, pelo mesmo, “estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente, produzindo novos sentidos, deslocamentos, rupturas, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história” (ORLANDI, 2001, p. 38-39).

Este movimento entre o diferente e o mesmo (polissemia e paráfrase) revela como a direção da interpretação (gestos de leitura) na materialidade discursiva se efetiva no trabalho de produção de memória –constitutiva, quando gerada pela autoria coletiva (o diferente) e institucionalizada (o mesmo), quando gerada pela autoria individual, desde que tal memória seja ilusoriamente legitimada no todo da organização social (ORLANDI, 2003, p.168).

Deste modo, o funcionamento discursivo das charges sobre o 2º turno das eleições presidenciais ano 2010 se dá do ponto de vista da tensão, constitutiva da linguagem, entre paráfrase e polissemia. Percebemos que o diferente é mais presente neste funcionamento discursivo da charge, enquanto parte do processo de produção de sentidos que ora produz sentidos do mesmo, ora do diferente. Os sentidos parecem deslizar e as charges constituem uma falha no ritual da significação, desestabilizando, um “mundo semanticamente normal”, conforme Pêcheux (2008, p. 34).

Descreveremos, assim, este funcionamento, em nossas análises, mostrando um pouco da sua amplitude, seus desdobramentos, seus diversos modos de deslizar sentidos. Assim, verificamos que nas charges ocorrem retomadas de pontos parafrásticos em movimentos polissêmicos.

Além disso, temos também a noção de produção discursiva de sentidos na AD que afirma que “ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou, interpretando o real da história ou 'realidade'), retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade. O sentido se torna, visível pela instituição, pelo consenso social. O sujeito ao “formular” seus sentidos, inscreve-se necessariamente no interdiscurso (no já-dito). Tal formulação é determinada pela memória” (ORLANDI, 2007, p. 143) que mobiliza sentidos.

Este processo de produção discursiva tem sua materialidade na ordem do discurso ao relacionar a ligação entre língua e história, ambas inseparavelmente em movimento. E mais, tal movimento resulta da tensão entre o mesmo e o diferente,

tensão que coloca a língua (gem) em funcionamento no processo de produção de sentidos.

É um processo que envolve, para além das formas de produção de sentidos nas relações sociais imediatas (relações de força de uma dada formação social), os sentidos anteriores, os conflitos existentes e o 'futuro' do processo significativo. Ou seja, em uma formação social historicamente determinada, sendo a base linguística a mesma, os sentidos produzidos são diferentes conforme as posições discursivas.

Para entendermos, então, o processo de significação temos que resignificar, integrar e operar com estes três elementos - linguagem, pensamento, realidade -, intervindo na produção discursiva do sentido com a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso).

O sentido, diz Pêcheux (1975), é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição, por outra palavra, expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de sentido”, não poderia ser pré-determinada por propriedades da língua (por exemplo, ligações “linguísticas” entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estejam, enquanto tais, dotados de sentido.

Seguindo este ponto de vista, não é possível conceber a linguagem como um sistema comunicativo que serviria apenas para designar ou informar o que 'existe', mas a existência das 'coisas' é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/ história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Língua e história são processos inseparáveis. “A língua é mediação entre sujeito e mundo, na é idealizada como ‘visão-percepção do mundo e, em seu limite, não é a origem do mundo’ (PECHEUX, 2010, p. 173-174)”. Desse modo, a relação entre linguagem e exterioridade é ponto de passagem obrigatório na AD que se denomina “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PECHEUX, 2010, p. 164).

As condições de produção dos sentidos, enfim, estão vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos- reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um 'futuro' dos sentidos - quanto àquilo, que falha, que desloca os sentidos. Ambos os processos são resultado do trabalho da língua sobre a língua, trabalho esse que não tem sua origem no sujeito, mas que se realiza nele. Para a AD, sujeito e sentido constituem-se mutuamente.

Os processos discursivos se realizam nas práticas discursivas do sujeito, mas por um "efeito em torno dos processos discursivos sobre a língua. Ela é pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo" (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Como a língua constitui a base material de processos discursivos e são processos de produção de significação fortemente articulados com processos sócio-históricos, é necessário reconceituá-la enquanto objeto de conhecimento. Com isso queremos dizer que a AD relativiza a noção de sistema tal como vem sendo colocada pelos estudos linguísticos. Não se trata mais de considerar um sistema linguístico nem tão fechado, nem tão homogêneo ou estável como postulam os leitores/seguidores estruturalistas, nem como uma competência linguística universal interiorizada igualmente por sujeitos/falantes ideais.

Para a AD, a linguagem evidencia sua plasticidade, opacidade, no plano da produção de sentidos, com um caráter múltiplo. Discursivamente, não há estabilidade, unidade e linearidade sem dispersão, da mesma forma, não há homogeneidade sem heterogeneidade. E, esclarecendo melhor estas ideias, não há história sem as práticas discursivas cotidianas que fixam ou podem modificar sentidos em conflitos/disputas. Cabe ao analista de discurso trabalhar neste entremeio.

Sabemos que as leis internas que organizam um sistema linguístico são constitutivamente afetadas (e necessárias) pela instabilidade dos significantes, por aquilo que os linguistas, imersos na ilusão da transparência dos sentidos e na vontade do formalismo, sempre colocaram à margem do sistema justamente porque mostra suas fissuras e possibilidades de transformação: o não-dito, o equívoco, os jogos de linguagem, as lacunas, os acréscimos, o heterogêneo... Assim, segundo as ideias de Pêcheux, a possibilidade da 'falha' é constitutiva da base linguística, afetando, desse modo, os processos discursivos em movimento.

Por outro lado, "a língua não se reduz, pois, ao jogo significantemente abstrato. Para significar ela é afetada pela História" (ORLANDI, 1995, p. 51). Em outras palavras, queremos dizer que é da ordem da língua a possibilidade de rompimento com a estabilidade do 'sistema'; isto não pertence à fala (em termos saussureanos) de um indivíduo que, de modo absolutamente consciente, seria o 'criativo senhor da sua língua". Mas é na prática discursiva dos indivíduos, interpelados em sujeitos duplamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente que se dá a possibilidade de desestabilização da base linguística e, assim da produção de novos sentidos.

Segundo Orlandi (1984), “os sentidos não 'pertencem' a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos dois interlocutores em interação (ORLANDI, 1984, p. 16). Esse 'dizer para alguém' é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em volta dos espaços de onde se diz que precisa ser observado no processo histórico da produção de sentidos.

São muitas as produções de sentidos que circulam em uma formação social, caracterizando as diferentes regiões do dizer, mas os sentidos de palavras, expressões e enunciados dependem de seu pertencimento a uma formação discursiva. Que no caso da charge também associa elementos em sua composição não-verbal e verbal na incompletude que faz parte das imagens e do dizer dos acontecimentos, ou seja, dos discursos, os quais mobilizam sucessivamente sentidos.

2.8. Imagem: entre o verbal e o não-verbal

Sabemos que as charges escapam a qualquer interpretação determinada e movimenta sentidos. Isso se dá também por causa da sua forma de constituição composta pela união do verbal com o imagético.

Segundo Lagazzi (2009), a charge é constituída, por esta composição de materialidades e tal noção se deve ao fato de que essas diferentes materialidades funcionam, não em complementaridade, mas em conciliação, “uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (LAGAZZI, 2009, p. 68).

Procurando compreender o funcionamento discursivo da charge, atentamos para o conjunto de sua constituição, ou seja, os elementos materiais de sua construção que possibilitam o seu funcionamento.

A composição entre tais materialidades possibilita a ancoragem do efeito do humor, denuncia e crítica como traços característicos da charge, em seu funcionamento, considerando as relações e produções de sentido que se estabelecem nesta imbricação.

Orlandi (1995) ao afirmar que todo processo de produção de sentidos tem uma materialidade que lhe é própria, ela afirma que “a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que se constituem, ao contrário, é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente” (ORLANDI, 1995, p. 35). Sendo assim, os processos de produção de sentidos têm um modo específico de significar, que estará de acordo com a materialidade significante que lhes constitui.

Ainda conforme a autora, o sentido tem uma matéria própria, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Para gerar sentidos em qualquer discurso, assim como na charge, as condições de produção são indispensáveis e outra característica desse discurso chargístico é a própria “matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a imagem e sua consistência significativa” (idem, 1995 p. 39). Assim, entendemos que as condições de produção não são redutíveis ao verbal, embora sejam intercambiáveis sob certas condições.

Souza (2001) aponta a possibilidade de entender os elementos visuais como operadores de discurso, condição primeira para se desvincular o tratamento da imagem através da sua correlação com o verbal e de se descartarem os métodos que alinham o verbal pelo não-verbal. Então, entendemos que a imagem não pode ser reduzida a segundo plano para o funcionamento do verbal. Ao contrário, há possibilidades de interpretação dos efeitos de sentidos produzidos pela imagem social e historicamente determinada, como também pela imbricação do verbal e do não-verbal. Com afirma Souza:

Há um Arquivo, cuja forma de inscrição pressupõe uma memória armazenada e institucionalizada na e pela imagem. Não são discursos apenas os textos verbais e orais; também a cestaria, a cerâmica, a pintura corporal, a dança, o traçado organizador da aldeia, a sonoridade das palavras, da música, são formas de discursividade que, quando analisadas em sua relação com a instituição, favorecem compreender como o trabalho da memória histórica gera a memória discursiva nessas sociedades (SOUZA, 1996 e 1998). É possível verificar, então, que o processo de perpetuação da história é bem mais complexo do que uma simples cadeia de comunicação oral e que a imagem - dentre outras formas de expressão não-verbal - é também discurso (SOUZA, 2001, p. 18).

Com esta consideração, tomamos a charge como um exemplar de discurso dotado de historicidade, com seu caráter de incompletude e atravessado por discursos outros que constituem sua discursividade. Verificamos, então, que no funcionamento das materialidades da charge existem possibilidades diversas de leituras, gestos de interpretação distintos, um olhar multidirecional, uma desestabilização do trabalho de interpretação, possibilitando múltiplos sentidos. Por causa dessa pluralidade, a imagem dá à charge um caráter de heterogeneidade.

Souza afirma ainda que a imagem também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade e elenca os operadores discursivos que fazem parte dela: a cor, o detalhe, o ângulo, luz, sombra, os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos não-verbais (SOUZA, 2001, p. 17).

Segundo Pêcheux (2010), a imagem pode ser entendida como uma produção cultural e, como tal, possui sua eficácia simbólica. Essa eficácia das imagens está fundamentada em algumas características, uma delas é o fato de a compreensão semântica dela (imagem) independer dos pormenores da compreensão das unidades de sua significação. Assim, teríamos a compreensão de um “sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos” (PÊCHEUX 2010, p. 30). Outra seria uma possibilidade considerável de reservar a força: a imagem representa a realidade, mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador), segundo Pêcheux (2010, p. 27).

Do mesmo modo que o discurso (em sua materialidade verbal) é opaco, a imagem na AD também é opaca e reconhecida como um objeto a ser lido; assim como está sujeita às mesmas condições sócio-históricas próprias, constituídas por relações interdiscursivas.

Sendo assim, acrescentamos ainda a ideia de Pêcheux (2010), para quem a imagem funciona como um operador da memória social, pois ela ao retratar a realidade, pode também conservar a força das relações sociais. Além disso, na visão do autor, ela determina o lugar do observador e as competências necessárias a sua leitura. Ele afirma também que “a imagem, por poder operar de acordo com olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria, nesse momento, o registro da relação intersubjetiva e social” (idem, 2010, p. 31).

Nessa perspectiva de pensar a imagem, é que também podemos associá-la à memória discursiva e temos estudos, como o de Gregolin, que enfatizam tal afinidade. Ao pensar a relação entre imagem e memória social, Gregolin (2000, p. 22) afirma:

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-lo insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos.

Percebemos que a memória discursiva aparece, portanto, como elemento extremamente relevante para os efeitos de sentido produzidos por uma imagem. Deste modo, é notável também destacar que a imagem (ou elemento imagético) opera discursos outros, pronunciados indefinidamente em outros lugares, fazendo retornos e retomadas de um discurso já formulado.

Assim, para a imagem não há um sentido *a priori*, nem se pode pensar em um estatuto de neutralidade para os elementos visuais. Também tais elementos, como temos destacado, refletem as condições próprias de um sujeito que procura significar/interpretar a si e o mundo a partir de uma materialidade discursiva imagética⁹ diferente da materialidade escrita ou verbal com a qual estamos familiarizados, mas também igualmente sujeita a deslizes e equívocos.

Geralmente, ao relacionar as imagens à linguagem verbal da charge, um novo sentido vai ser produzido. A imagem, como operadora de memória, assinala um certo lugar ao sujeito espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção) e ela pode ‘rentabilizar’ por si mesma a competência semiótica e social desse espectador” (PÊCHEUX 2010, p. 29).

Aquele que observa a imagem desenvolve uma atividade de produção de sentido; esta não lhe é conduzida ou acabada, o que abre uma liberdade de interpretação que é durável no tempo. Ela apresenta a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança, em forma de memória.

A imagem pode nos oferecer informações ou representar objetos do mundo, entretanto, mais que isso, ela é uma produção cultural carregada de eficácia simbólica. Como diz Pêcheux:

Aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue pronta (PÊCHEUX, 2010, P. 28).

Neste pensamento, observamos que há uma liberdade de interpretação da imagem (o que quer dizer que o conteúdo “legível”, ou antes, “dizível” pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto –

⁹. Da mesma forma que um texto verbal pode ser recortado para dele extrairmos sequências discursivas de referência do discurso em análise, entendemos que um texto imagético ou não-verbal também pode ser seccionado em sequências discursiva imagética ou não-verbal para dele extrairmos sequências discursivas para análise. (INDURSKY, 2011, p. 83).

com que ela admita um delineamento de leitura: ela pode se inscrever em um trajeto temático da memória discursiva e social.

Propomos considerar, a fala de Jean Davallon referente à imagem como arte da memória social quando afirma: “essa arte visa permitir a memorização graças a uma técnica de ‘lugares’ e ‘de imagens’ que impressionam a memória” (PÊCHEUX, 2010, p. 35).

A memória tratada pelo autor é a memória social. Então, a imagem produz sentidos, que se inscrevem na memória social. Esse funcionamento é marcado pelas relações de maneiras existentes na sociedade, as quais se inscrevem em uma rede de significações que se constituem historicamente, através da ideologia e conseqüentemente das Formações discursivas.

2.9. Formação Ideológica e Formação Discursiva

“(…) as formações ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam aquilo que se pode e se deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p. 102-103).

O conceito de Formação Discursiva (FD) é central para o quadro teórico da AD. Ele sinaliza a constante tensão a que a teoria da AD submete o discurso a trabalhar o limite tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso. A tal conceituação, Pêcheux & Fuchs, atualizando e pensando nas perspectivas da AD, acrescentam:

É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja 'dotada de sentido' que se acha recalcado para o (ou pelo) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente... (PÊCHEUX, 2010, p. 167-168).

É próprio das FDs dissimular como transparentes os sentidos que são produzidos historicamente em seu interior. No entanto, embora o sujeito ao falar tenha a ilusão de sua enunciação como única, exclusiva e sempre nova. Como dissemos todo sentido

nasce de outro e aponta para alguma direção: os sentidos migram entre as regiões constitutivas das FDs. Uma FD deve ser considerada como "uma unidade dividida, uma heterogeneidade com relação a si mesma" (COURTINE, 1982, p. 245).

Nesta caracterização das FDs, em que suas fronteiras estão em permanente processo de estabilização/desestabilização, encontra-se a tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se no antagonismo entre o mesmo e o diferente, o um e o múltiplo, a repetição e a diferença na repetição, pois toda FD é invadida por sentidos outros, vindos de outras FDs, como resultado da intervenção da memória discursiva, sob a forma de pré-construídos e 'saberes' partilhados socialmente, cuja historicidade se apaga para o sujeito.

E é ainda Pêcheux (2009, p. 149) quem fala das FDs com relação à produção de sentidos:

O próprio de toda formação discursiva é o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside sempre, 'antes', independentemente.

A inserção do sujeito, neste conjunto da exterioridade, como pensante ilusório de sua realidade e detentor de suas significações na existência da exterioridade é afetado pela ideologia quando produz sentidos em sua relação com a formação discursiva.

Haroche, Henry, Pêcheux (1971) demarcam zonas de regularidades discursivas, quando em seus estudos, estabelecem relações entre as Formações Ideológicas (FIs) e sua existência material nas Formações Discursivas (FDs). Naquele momento inicial da teoria, as FDs são consideradas como componentes de FIs, relacionadas às suas condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. O sentido é, portanto, relacionado a um exterior ideológico demarcado por FIs.

As posições sustentadas pelos sujeitos, em uma *Formação Ideológica*, determinarão então, o sentido produzido pelas palavras e expressões ou, como define Pêcheux (2009, p. 146), "a ideologia que, através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma, as quais funcionam como um dispositivo de 'retomada do jogo'. É a ideologia que fornece as evidências

pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados”.

Com relação à Formação Discursiva, a primeira formulação deste conceito aparece em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009) e constitui um grande momento de teorização de mudanças: propondo uma *teoria materialista do discurso* (2009, p. 77-84). Pêcheux acentua o fato de que é sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe fundada pela *contradição*.

A reflexão sobre esse caráter *contraditório e desigual* leva Pêcheux a retomar o conceito de FD e acrescenta, a este antigo pensamento, a discussão sobre a *materialidade do interdiscurso*, isto é, o fato de que toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 235-236).

A instabilidade e a heterogeneidade das FDs tornam mais complexa a tarefa do analista de discurso, já que, a partir de então, “é preciso poder explicar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, inscritas histórico materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes sociais determinas” (PÊCHEUX, 2009, p. 233-234).

Na história conceitual da FD, a distinção entre língua e processos discursivos é determinante para o trajeto em direção à heterogeneidade: os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua, pensada como “relativamente autônoma”, é o lugar material no qual se realizam esses efeitos de sentido. As fronteiras que separam aquilo que provém da autonomia relativa da língua e aquilo que provém da determinação das FDs são instáveis:

todo discurso ‘concreto’ é determinado *duplamente*, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso a formações definidas, por outro lado, pela autonomia relativa da língua; no entanto, sustentamos que *não é possível traçar a priori* uma linha de demarcação entre o que é derivado de uma ou de outra dessas determinações (PÊCHEUX, 1975, p. 94).

Isso torna possível enxergarmos, na disseminação de enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois todo conjunto de textos que pertencem a uma mesma FD, insere-se em um campo em que podem ser estabelecidas ideologias, identidades formais, sequências temáticas, metáforas de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo. Dessas redes, decorre o fato de que, desde sua procedência, o enunciado se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *posição*, que apresenta relações possíveis com o passado e que abre um efeito de futuro ocasional, isto é, que o insere na rede da História e, ao mesmo tempo, o constitui e o determina.

Pêcheux ressalta que o que se entende por “conjunto de traços e pistas” pode ser aproximado daquilo que se chamou de “ideologia” ou “universo de representações e de crenças”. Essas redefinições levam à incorporação de novos termos na AD: a *heterogeneidade que se associa à ideia da alteridade* (“presença do discurso do outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro”), as relações entre *intradiscurso* e *interdiscurso* passam a serem buscadas nas marcas da memória discursiva.

Tensionada pela memória, a FD incorpora, cada vez mais, a instabilidade e a dispersão dos sentidos que serão radicalizadas, no texto de Pêcheux: *Discurso, estrutura ou acontecimento* (2008) a partir das noções de “deriva”, de “desestruturação-reestruturação das redes e trajetos” que fundam a ideia de que “todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas condições sócio-históricas”, um “trabalho de deslocamento” (MALDIDIER, 2003 p.31-34). A percepção dessa instabilidade leva Pêcheux (2010) a questionar a própria organização teórica e histórica da noção de FD:

Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural, e talvez também a de formação discursiva (PÊCHEUX, 2010, p. 310-311).

Incorporando essa instabilidade radical, Pêcheux procura dar respostas a um momento histórico, em termos políticos e analíticos, em que se instalava na sociedade na década de 80. Sua análise da movimentação discursiva em torno do enunciado “on a gagné” (2008) oferece pistas fundamentais para pensarmos o valor histórico do conceito de FD que se associava à disseminação das redes de memória e dos caminhos sócio-políticos dos sentidos.

Tomando o trabalho discursivo das charges no espaço de memória que ela sugere, Pêcheux mostra o jogo entre transparência e opacidade produzido pela retomadas, deslocamentos e inversões de formulações que resultam em uma “espetacularização da política”. Essa nova formulação da FD acompanha, portanto, a mudança no contexto histórico, nos meios tecnológicos de difusão e circulação dos discursos jornalísticos e midiáticos, onde o corpus do nosso trabalho está veiculado, que se tornam indissociáveis dos enunciados verbais e não-verbais e de outras materialidade discursivas que os sustentam, isto é, dos novos sentidos que “se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2001, p.44).

Este efeito simbólico das filiações sócio-político-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de ruptura no espaço, disponibilizando “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2001, p. 31) “de formulações feitas e esquecidas é que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2001, p. 33) e a produção/deslocamento de novos dizeres.

Então, nestas relações entre os sujeitos e as situações, percebemos a importância da memória quando as produções de sentido são processadas pelo sujeito sempre incluindo nestas relações o contexto sócio-político, histórico e ideológico. Assim, conforme diz Pêcheux, “o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe” (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

2.10. Memória discursiva X memória social

Trabalharemos a noção de memória discursiva como “existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p.105 e 106). O autor também questiona que a tal memória “trabalha uma memória coletiva, no seio de uma FD, e permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento destes elementos de saber que são os enunciados” (idem, 2009, p.106). Constatamos que uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz ressoar ecos de uma memória coletiva, social (INDURSKY, 2011, p.87).

Assim, ela diz respeito aos sentidos autorizados no âmbito de uma formação discursiva, possibilitando que nosso discurso faça sentido, conforme cita Courtine (2009, p. 104):

A memória concerne à existência histórica do enunciado, no seio de práticas discursivas (...), capaz de dar origem a atos novos, no sentido

de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada. [...] Faz circular formulações anteriores já enunciadas.

É, pois, nessa perspectiva de pensar a memória discursiva que encontraremos o discurso atuando como agente de uma memória sócio-histórica, redizendo dizeres, ressignificando saberes, construindo subjetividades e produzindo efeitos de sentido.

Isto significa que, no discurso, um novo dizer de outros já ditos são trazidos pelo sujeito, com o objetivo de fazer produzir novos sentidos que conduzam ao efeito de sentido esperado na interpretação do discurso.

Deste modo entendemos que a memória é irrepresentável produzindo um efeito de memória, uma maneira de funcionamento simbólico, acontecimento discursivo. Então, para que haja memória, é preciso que haja acontecimento, uma estruturação da materialidade discursiva complexa. Pêcheux reconhece que “para que haja memória é preciso que o acontecimento, ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (PÊCHEUX 2008, p. 25).

Pêcheux (2008) cita que a memória discursiva compõe “o discurso que não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

Pêcheux ressalta que há na memória discursiva uma repetição vertical que acaba por perfurar, esburacar a memória antes mesmo de ela desdobrar-se em paráfrase (ponto da divisão do mesmo e da metáfora: sobre o mesmo da materialidade abre-se o jogo da metáfora). Dessa forma, é possível identificar a estreita relação que a memória discursiva mantém com os processos polissêmicos e os processos parafrásticos presente nos discursos. Pêcheux (2010, p.167) cita ainda que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase” e que a família parafrástica de um determinado corpus “constitui o que poderia chamar de matriz de sentido”.

Desta maneira, a memória discursiva presente no acontecimento discursivo, não pode ser vista de forma homogênea, nem saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Pelo contrário é vista como lacunar, ou seja, falha porque ela é de ordem ideológica. “É o ideológico que responde pela natureza lacunar de uma FD e da memória discursiva por ela representada” (INDURSKY, 2011, p.87).

Por tudo, entendemos que a memória discursiva também diz respeito à memória social, mas não se confundem; por que para que haja memória, é preciso que os acontecimentos (real da história) se unifiquem ao real da língua e produza sentidos. É preciso que ela conserve uma força a fim de poder posteriormente se fazer simbólica para a interpretação, se fazendo memorável, num lugar da memória¹⁰, para um grupo social.

A memória discursiva (PÊCHEUX, 1975), que está presente no acontecimento discursivo, é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome”. Em nosso trabalho, entendemos que ela será essencial na análise da charge porque move e reatualiza sentidos em seus espaços de deslocamentos e retomadas na tensão entre os movimentos parafrásticos e polissêmicos do discurso chargístico.

Entendemos que o memorável, lembra um acontecimento e mobiliza, faz jogar uma memória social, e também produz sentido. Faz significar. Havendo a necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade, e, sobretudo, que ele seja reconstruído, a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.

Tais dizeres se filiam a redes discursivas de formulações que garantem o regime de repetibilidade destes discursos, sustentando, dessa forma redes de memória que sustentam o memorável, tornando-se memorável para um grupo social; “que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade estreitamente ligada à sociedade” (HALBWACHS, 2003, p. 88).

Este aspecto comum, dimensão intersubjetiva e grupal entre o eu e os outros específica a memória coletiva. Este caráter “paradoxal da memória coletiva de conservar o passado e estar fragilizada ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros deste último” (PÊCHEUX, 2010, p. 25).

Esta constatação salientada por Pêcheux, também é aludida por Halbwachs (2003) que diz que a memória coletiva “se opõe à história, foco da tradição ao quadro dos acontecimentos, a lembrança (corrente de pensamento contínua no seio do grupo social) ao conhecimento” (descontínuo e exterior ao próprio grupo).

A memória social ou coletiva, noção formulada pelo sociólogo Maurice Halbwachs, “tira sua força e sua duração do fato de ter por base um conjunto de

¹⁰. Qualquer materialidade discursiva que dê suporte a um discurso e são objetos de repetição e de repetição da repetição, [...] e, por conseguinte, regularizam um conjunto de sentidos e saberes que discursivizam um acontecimento histórico; sustentando redes de memórias que sustentam o memorável (INDURSKY, 2011, p.76).

peças, são indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Ele também acrescenta que “a memória coletiva retém o passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver no pensamento do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2003, p.100). A concepção do autor é tomada como ponto de partida para toda e qualquer reflexão sobre a questão da memória no discurso histórico contemporâneo, uma vez que os muitos estudiosos têm regressado à sua ideia para refletir sobre a dinâmica atual da memória coletiva, na contemporaneidade.

O autor parte das reflexões sobre a psicologia coletiva para afirmar, de um lado, o que há de social nas lembranças individuais e, de outro, a importância da conservação das lembranças comuns a todo o grupo humano e sua influência sobre a vida social.

Halbwachs (2003) questiona que não subsistem, no pensamento (memória) do indivíduo, imagens completamente prontas, mas sim na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstrução de fatos passados, já que o acaso nos coloca na presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos como atores ou testemunhos.

Para o sociólogo, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Ele ressalta que se nos lembramos de é porque os outros, a situação presente, fazem-nos lembrar: “o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, mobilizam/provocam estas memórias” (Halbwachs, 2003, p. 78).

Para ele, “a lembrança é em larga medida, uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada. [...] ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi nosso passado” (HALBWACHS, 2003, p. 133).

O caráter livre, espontâneo, quase de lembrança onírica da memória é, segundo Halbwachs (2003), excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, pensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho, é recorte, é um lugar de memória¹¹. Se assim é, deve-

¹¹ Lugar de memória, noção apresentada por Pierre Nora (1984), apresenta-se sob forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, vale dizer, traços vividos construídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico.

se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no consciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída por aquilo que está, agora, à disposição do indivíduo no conjunto de representações que povoa a consciência atual desse indivíduo.

Assim sendo, podemos entender que é possível conceber a história como uma sequência de acontecimentos que substancia a vivência do indivíduo, a perspectiva que ele tem de si mesmo, das pessoas e das coisas que o cercam, do mundo. Reúne, portanto, as referências pontuais para o seu existir, em outras palavras, é o tempo que ele constrói para si. Não é por outras razões que a expressão “no meu tempo” tem conotação avaliativa.

Entendemos, por conseguinte, que a memória pode ser entendida como a ordem dos elementos significantes que se estabelecem segundo os níveis de intensidade dos acontecimentos experimentados, fundamentando-se em valores, necessidades e aspirações. É, pois, a vida em coletividade que permite aos indivíduos horizontes comuns, o que permite falar em memória ou história comum a vários indivíduos, em cultura.

Em sendo a memória do homem uma memória que implica sempre outro, ela nos permite uma releitura do passado que se circunscreve a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos nos diferentes grupos sociais, bem como, por meio das lembranças armazenadas no inconsciente ativada pelos sentimentos individuais e coletivos. O que é confirmado também por, nesse sentido, Le Goff (1994):

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada (LE GOFF, 1994, p. 419).

Assim, entendemos, conforme Halbwachs, que a linguagem configura o grupo e o grupo configura a linguagem. Ao analisar as modalidades da memória coletiva, o autor constata que, nas sociedades modernas, há grupos, linguagens e espaço-tempo socialmente diferenciados, o que conduz a postular uma memória.

Halbwachs também examina mais minuciosamente o modo pelo qual se vai formando a reconstrução do passado no tempo presente. Isso leva a entender, conforme o autor, que no interior das lembranças, no cerne das imagens evocadas, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem e, é graças ao caráter objetivo e subjetivo de tais noções

que as imagens resistem e se transformam nas lembranças. É, portanto, no interior dessas noções, que se destacam as relações de espaço, de tempo, de causa e de consequência. As convenções verbais produzidas em sociedade constituem um quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva.

Segundo o autor, a memória coletiva de uma dada comunidade, de um período de sua história, ou de um acontecimento concreto, consiste em um conjunto de representações em que os seus membros compartilham, dando-lhes sentido.

Assim sendo, na maioria das vezes, para ele, lembrar não é reviver, mas reconstruir com as imagens do presente, as experiências do passado, amarrando a memória da pessoa à memória do grupo e esta à memória coletiva. E acrescenta que “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2003, p. 106). Desse modo, ela “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não tem nada de artificial, pois ela só retém do passado as memórias dos indivíduos e dos grupos que regem bem mais diretamente sobre a vida e os pensamentos de seus membros” (HALBWACHS, 2003, p. 100).

É, pois, na memória coletiva que se encontra essa riqueza cultural, em que a história aparece intimamente ligada à memória social, na medida em que há uma continuidade entre as recordações, os acontecimentos do passado e o presente da vida da comunidade em relação esse universo discursivo. O passado continua ativo no presente, através dos usos da memória, em suas múltiplas funções culturais, políticas, sociais e discursivas.

Com efeito, ele diz que a memória coletiva reconstrói o passado, com vistas a organizar o presente, e não se contenta com uma simples e idêntica restituição. “Ou seja, o autor comunga da noção de memória discursiva citada por Courtine (2009, p.106) a memória discursiva é existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas”.

A memória discursiva de que tratamos é entendida, na perspectiva de Pêcheux, como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização.... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e de contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p. 56) que irrompe reatualizando os sentidos. Ela é não-linear, lacunar, mas seu efeito é apresentar sentidos que se querem unívocos e estabilizados no fio do discurso. O histórico e o linguístico significam de modo não transparente, formam uma rede de significância, tecida de ambiguidades, de repetições, de equívocos, conflitos. Os sentidos que constituem a memória são muitos, mas aparecem

como literais, unívocos. Mas como o esquecimento é constitutivo da memória, o próprio lembrar pode produzir outras direções de sentido.

Podemos, assim, compreender a memória discursiva como o efeito da presença do interdiscurso no acontecimento do dizer, já que se trata de uma memória concebida como um espaço movediço, um espaço polêmico, penetrável, emaranhado, conflituoso, contudo, produzindo/comportando o jogo de efeitos de regularidade.

Consideramos, conforme Pêcheux, o trabalho da memória discursiva como estruturação de materialidade discursiva complexa, tensionada numa dialética da repetição e da regularização. Entendemos que este restabelecimento dos implícitos de que leitura necessita para esta regularização discursiva do implícito é sempre apta a desmoronar diante de novos acontecimentos: a memória tende a absorver o acontecimento, o qual “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”. “Haveria, assim, sempre um jogo de força na memória sob o jogo do acontecimento”. Este jogo de forças busca manter a regularização dos enunciados, mas também pode perturbar a rede dos implícitos. “o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento, o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Esta memória discursiva é constitutiva de todo discurso, pois para que este produza sentido é necessário que ele já faça sentido, em outras palavras, que se apoie em algo já posto, “sustente-se em um já-dito” (Orlandi, 2001, p.32). A partir dessa sustentação no outro, dessa memória que é constitutiva, podemos compreender qual a determinação histórica que está inerente ao discurso. Ou seja, compreender a temporalidade e os fatos que são constitutivos da materialidade discursiva em análise, além da maneira como eles nos conduzirão à historicidade e aos possíveis efeitos de sentidos.

Entendemos então que a memória mobiliza sentidos e é importante para analisarmos charges porque ela é capaz de reatualizar sentidos em seu espaço de deslocamento e retomadas na tensão entre o mesmo e o diferente. É possível identificar a estreita relação que as memórias discursiva e coletiva mantêm com os processos parafrásticos e polissêmicos postulados pela AD.

3. A CAMINHO DAS ANÁLISES

3.1. Os jornais

Uma vez que os discursos são produzidos a partir de condições de produção específicas e assim produzem sentidos, achamos necessário apresentar algumas considerações sobre as três publicações dos jornais: *Diário de Pernambuco*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, as quais veicularam as charges que constituem o corpus do nosso trabalho, bem como suas principais características convergentes, anteriormente à especificação dos recortes realizados para análise.

Percebemos que os três jornais defendem um discurso da imparcialidade, da modernização, do capitalismo, do pluripartidarismo, que não serve a interesses partidários, o qual nos dá evidência que todos possuem uma linha editorial que defende o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade, que é a propriedade que o discurso jornalístico defende.

Os jornais tentam construir o mito da função jornalística da informatividade, entretanto o que percebemos é justamente a oposição desta construção porque sabemos que o funcionamento discursivo jornalístico está filiado a sentidos que circulam num lugar interpretativo e que nunca será neutro, inscrevendo-se na história do cotidiano e que o jornal e os jornalistas se propõem a produzir suas leituras interpretativas dos fatos que são assimiladas pelos sujeitos leitores do jornal.

Lembremos-nos de que este discurso do jornalismo é visto como um posicionamento contraditório, pois na perspectiva da AD o discurso jamais será neutro.

Porém, como diz Mariani (1998), a imprensa não é neutra, portanto por mais que se diga que o jornal é pluripartidário e apolítico, sabemos que o jornal noticia fatos a partir de um lugar interpretativo sobre um assunto, contribuindo para a constituição do imaginário social.

Desta maneira, escolhemos esses três jornais porque são representantes da chamada grande imprensa, com circulação local e nacional e, significativamente, representativos em diferentes estados brasileiros.

Quanto à questão da imparcialidade e do apartidarismo, discursos que todos proferem, que pautam a formação imaginária que os mesmos fazem de si, também foi

um fator importante para justificar nossa escolha, tendo em vista que, mesmo se posicionando como veículos neutros e imparciais. Notamos que eles se contradizem e assumem seus lados interpretativos. Fato de que cada jornal acaba tomando “uma direção política numa conjuntura política-histórica-social dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 248).

Analisamos que está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os acontecimentos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda implícitas e dar-lhes visibilidade, tornando-as fatos-notícias.

Assim de acordo com Pêcheux (2009) a noção de “prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção e prática dos sujeitos, que seriam totalmente responsáveis (e, portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras”. “Todo sujeito, diz Pêcheux (2009, p. 214), é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve, e isso pela determinação (...) do complexo de formações discursivas no qual ele é interpelado em sujeito-responsável”.

Com estas considerações, percebemos que os jornais não serão absolutamente autônomos, neutros e responsáveis pelo modo como produzem as notícias em suas práticas discursivas jornalísticas. Baseando-nos em Mariani (1988 a, p. 63), “a produção de sentidos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos jornalistas, uma vez que eles também são sujeitos históricos, dos leitores e da linha política dominante do jornal”.

3.2. Corpus e dispositivo analítico

O nosso corpus se constitui de doze charges, divididas em quatro blocos de trajetos temáticos¹², que trazem como eixos acontecimentos jornalísticos mais divulgados na mídia no período do segundo turno, de 01 de outubro de 2010 a 31 de outubro de 2010, referente às eleições presidenciais, determinando nossa escolha. A constituição do corpus foi inicialmente pensada a partir de arquivos de três jornais impressos de circulação local e nacional, a saber: *Diário de Pernambuco*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*. O objetivo da nossa busca foi selecionar charges que tematizassem

¹² A noção de trajeto temático foi trabalhada por Maldidier e Guilhaumou (2010), que defende o acontecimento discursivo como “apresentação na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” através da tematização (MALDIDIER E GUILHAUMOU, 2010, p. 164). Tal conceito será abordado com mais clareza no item 3.3. deste trabalho.

questões polêmicas que circularam na mídia no período político para eleições presidências deste período.

Ao longo das análises, reproduziremos as charges para melhor compreensão dos efeitos de sentido que queremos descrever. Por motivo de formatação, as reproduções feitas do *corpus* terão seu tamanho reduzido para melhor adequação das análises. Contudo as charges continuam reproduzidas em maiores proporções em anexo.

O recorte do corpus se fez a partir de trajetos temáticos de forma a facilitar nossas análises. Buscaremos, assim, compreender o funcionamento discursivo das charges que circularam no período histórico do 2º turno das eleições para presidente do Brasil do ano de 2010, sobre o ponto de vista da tensão, constitutiva da linguagem, entre paráfrase e polissemia, considerando a relação do dizer com a memória discursiva e também, o funcionamento do discurso político e da ideologia no processo de produção de sentidos.

Assim, desejamos fazer as análises das charges, visando depreender o funcionamento discursivo do ponto de vista da tensão, constitutiva da língua (gem), entre paráfrase e polissemia, considerando o contexto sócio-político-histórico das formações discursivas das charges. Adiantando, porém, que a produção de sentidos do diferente é muito mais presente no funcionamento das charges com relação ao mesmo.

Ocupar-nos-emos, então, da análise de charges procurando alcançar os objetivos da nossa pesquisa, estabelecendo as relações necessárias entre as reflexões desenvolvidas a partir dos pressupostos teóricos já mencionados.

3.3. A noção de trajeto temático e os recortes no material de análise

A análise do nosso *corpus* tem como ponto de partida o percurso temático e não a seleção de discursos que sejam interessantes a serem analisados por si mesmos. O trajeto temático diz respeito aos discursos que sejam mais representativos. A representatividade está relacionada à homogeneidade de ocorrência no espaço e no tempo e também à ideologia que a dá suporte. Como o discurso não está desconectado da realidade e, portanto, é portador de seus próprios recursos interpretativos, pensamos em analisar nosso corpus, “dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2010, p. 162).

A partir de uma análise das três publicações já citadas anteriormente, fizemos um recorte no material que compõe o corpus deste trabalho, e selecionamos charges que

trataram dos principais rumos temáticos dos acontecimentos jornalísticos que pautaram os debates entre os candidatos, no 2º turno das eleições presidenciais do ano de 2010. Este recorte foi realizado com base na noção de trajeto temático, proposta por Maldidier e Guilhaumou (2010). De acordo com esses autores (ORLANDI, 2010, p. 164), o trajeto temático é depreendido a partir da “distinção entre ‘o horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades”.

Ao tratar das charges sobre este percurso temático da campanha presidencial no segundo turno, esta pesquisa não pressupõe a existência de um referencial fixo como objeto das matérias jornalísticas selecionadas, mas de um acontecimento discursivo produzido em um determinado momento histórico. De acordo com Maldidier e Guilhaumou (2010, p. 164), o acontecimento discursivo “é apresentado na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”, na tematização. A partir dessa concepção, o eixo temático foi identificado no material de análise, tendo em vista a sua formulação e condições de produção discursivas, que são entendidas na relação de enunciados que se atravessam em um determinado espaço histórico.

Os autores veem que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um movimento oscilatório de atos diversos de linguagem que podem ser analisados linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados nas manifestações múltiplas das configurações textuais.

Os autores (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p.165) ainda explicitam que, “a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição”. Ou seja, o que o analista precisa ficar atento neste ponto, é que os temas aparecem de diversos modos, em diversas formas de linguagens (escrita, imagética fixa, etc.), pois há movimentos enunciativos de “reinscrição e transcrição”, como diz Foucault (2013, p. 125-126).

Além da identificação do enunciado por meio das diferentes linguagens textuais, outro passo para se identificar o percurso temático discursivo, é a observação do sujeito. Guilhaumou e Maldidier (2010, p.165) dizem o seguinte a esse respeito: “vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vaivém de atos languageiros, que se manifestam em múltiplos níveis nas configurações textuais, de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados”.

Para esses autores, deste modo, o trajeto temático pode ser apreendido na análise, por meio: a) dos enunciados que se entrecruzam em um dado momento histórico, sendo que o tema estaria em uma posição referencial; b) das formas de escrita, dos usos da linguagem, do novo no interior da repetição; c) dos sujeitos que podem ser especificados.

No dicionário de análise do discurso (2012) encontramos a citação de que o trajeto temático não se relaciona “ao simples estudo da progressão temática efetuada pela análise textual. Somos confrontados com uma descrição discursiva complexa, que nos mergulha, através de leitura de arquivos, em uma multiplicidade de redes de enunciados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 480). Percebemos em outros autores, novamente, que antes de se encontrar o tema teríamos que identificar primeiro o enunciado discursivo, tal como explicitado por Foucault (2013).

Diante das explanações, e de acordo com orientações de Pêcheux, Foucault, Guilhaumou e Malidier, buscamos, então, aplicar seus conceitos para identificarmos alguns temas, dentre vários, que encontramos em nosso *corpus* (nas charges). Desse modo, para realizarmos este recorte no material de análise, com base nos trajetos temáticos materializados em suas condições de produção nos jornais impressos já citados, adotamos como ponto de partida para observação do material o acontecimento discursivo do 2º turno das eleições presidenciais no ano de 2010.

Desta maneira, coletamos nos impressos as charges publicadas neste período e as separamos por eixos temáticos, escolhendo uma charge de cada eixo por jornal. Deste modo, o corpus é constituído pelos recortes realizados a partir do momento em que o trajeto temático em questão encontra lugar nas três publicações impressas dos jornais observadas como material empírico.

Os recortes realizados inicialmente para a constituição do corpus deste trabalho apontam para a divisão em quatro blocos de percursos temáticos nos impressos considerados, conforme descritos abaixo:

1. BLOCO A: Charges com trajeto temático “Religião”, daqui para frente CR;
2. BLOCO B: Charges com trajeto temático “Apoio de Marina”, de agora em diante nomeadas de CAM;
3. BLOCO C: Charges com trajeto temático “Debate”, para o futuro chamadas CD;
4. BLOCO D: Charges com trajeto temático “Bolinha de papel”, para o futuro tituladas CBP;

É com base nesses trajetos temáticos e nesses procedimentos que definiram e constituíram o *corpus*, que acabamos de explicitar, que faremos as análises apresentadas a seguir.

4. AS ANÁLISES

BLOCO A: Charges com trajeto temático Religião, daqui para frente CR.

(CR1)



Folha de São Paulo 10/10/2010

As condições de produção da charge C1 concernem no momento em que todas as mídias noticiaram o apoio de pastores e lideranças religiosas para definirem estratégias e se posicionarem em que partido defender na campanha de apoio da disputa presidencial, no segundo turno, e retomam também a relação entre Igreja e Estado tematizada na campanha.

Esse acontecimento joga com o sentido das palavras ‘pastor’ e também ‘ovelhas’ retratados na charge. Ao substituir as ovelhas por “ovelhinhas”: Dilma e Serra, o que estava estabilizado pelo memorável deste modo foi desestabilizado, produzindo alterações desses sentidos.

Podemos dizer que a charge faz uma paráfrase do discurso bíblico do pastor e suas ovelhas que se encontra no livro de João 10:1, “Eu sou o bom pastor; o bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas”. Percebemos isso pelas sequências não-verbal e verbal da

charge. No primeiro segmento, há a imagem de um pastor, segurando a bíblia e um cajado, e no segundo, as ovelhas, personificadas dos candidatos, formando um imaginário de que se apropriaram/vestiram-se desse discurso da Igreja para alcançarem o comando do Estado.

Consequentemente, o discurso bíblico funciona como um lugar de memória que reverbera na C1 o discurso da Igreja que deve ser pastoreada por um líder religioso. Este discurso é retomado na sequência discursiva “o pastor”. O mesmo passa a fazer parte da memória coletiva, tornando-se memorável para o grupo social, onde a Igreja, que é um aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985, p.68), domina e influencia sujeitos com seu discurso religioso, através da vinculação do jogo simbólico de imbricamento entre estado e igreja que no funcionamento do discurso político não se separam.

A sequência discursiva “as ovelhinhas” enfatiza o gesto de interpretação do chargista quando usa o sufixo diminutivo sugerindo um tom irônico fazendo deslizar o sentido ideológico inscrito na Formação discursiva. Ainda podemos observar tal gesto na sequência imagética -ovelhas caricaturadas dos candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais no ano 2010, Dilma e Serra- quando observamos a retratação dos candidatos em pele de cordeiros, vestindo-se desse discurso religioso da Igreja para conseguir o poder do Estado/nação, que não deixa de ser um discurso político.

Desse modo, o verbal ‘o pastor’ e ‘as ovelhinhas’ remete ao discurso bíblico pelo viés do discurso da Igreja que aponta para a missão dessa Instituição: guiar suas ovelhas, porém o uso do sufixo –inhas nos sugere uma interpretação de ironia pois, na verdade, as ovelhinhas são significadas como lobos em pele de ovelhas. A imagem das ovelhas sofreu um deslocamento quando o chargista substituiu-as por Dilma e Serra, e as expressões faciais destas ovelhas, revelam certa astúcia, materializando um discurso do marketing capitalista político, influenciado pelo discurso capitalista que vende imagem para obter lucro, ou seja, vender a imagem do candidato a fim de obter a vitória nas eleições. Esse “novo discurso coloca os sentidos à deriva, rumo a outras redes de memória” (INDURSKY, 2011, p.82).

Analisamos ainda que o Pastor, que apascenta seu rebanho, comandará e ditará a regra que as ovelhas seguirão. Rompendo a ideia de um pastor não intencional, para deixar comparecer o efeito de sentido do pastor que tem intenções políticas, ideológicas usando-as. Outra marca que simboliza esse efeito de sentido é a posição de

submissão das ovelhas a esse suposto pastor o que retoma a memória discursiva bíblica da ovelha como sendo um ser submisso ao pastor.

Percebemos que esses sentidos se constroem, pela imbricação do não-verbal com o verbal que demonstram como as ovelhas parecem hipnotizadas e a posição como estão dispostas (de quatro) retratam tal dependência a esse suposto líder, ou seja, à Igreja.

Desta forma, percebemos que, por a mídia ter noticiado o acontecimento que os pastores estavam contra alguns temas polêmicos evidenciados pelos candidatos no 2º turno (ovelhas), o chargista provocou uma possibilidade de noticiar os fatos parafraseando-os e ao mesmo tempo demonstrando tal subordinação dos candidatos no segundo turno diante à Igreja, e conseqüentemente a essa parcela do eleitorado religioso, que segue a autoridade da Igreja.

Sabemos que Pastores e ovelhas eram uma parte do discurso do mundo antigo, fazendo parte dessa memória coletiva, que se tornaram uma pronta metáfora para os escritores bíblicos. O terno cuidado dos pastores com suas ovelhas é retratado constantemente em versículos bíblicos, nos quais o pastor é quem pastoreia, cuida do rebanho e é o responsável por elas. Da mesma maneira, a inscrição do Pastor da época bíblica também é retomada na charge, pois a posição do sujeito pastor ainda fala a esse interlocutor ovelha que continua submisso à imagem do líder religioso projetada nesse jogo imaginário do discurso, mostrando a relação social e as posições que os sujeitos ocupam neste lugar.

Intuímos, na charge, que “as ovelhinhas” estão tentando ganhar votos, portanto, se aliar ao pastor seria uma solução rápida para admitirem que precisem naquele momento desta aliança para assumir o comando do Estado.

Por conseguinte, tanto o verbal quanto o não-verbal foram ressignificados se inscrevendo num discurso que não é nada imparcial, direcionando sentidos que denunciam que os pré-candidatos estão se utilizando do uso do marketing político, apropriando-se do discurso religioso, a fim de obterem apoio da Igreja e, conseqüentemente, votos dessa parcela do eleitorado.

Deste modo, houve uma ruptura em relação ao discurso religioso, a partir do momento que o chargista registrou o seu discurso, mostrando sua desidentificação com o discurso da Igreja/Estado como instituições desassociáveis e sua identificação com outro discurso que denuncia a relação Igreja/Estado como instituições associadas, onde o Estado se molda e se serve do discurso religioso, através da ideologia, para ganhar as eleições, atitude comum da política ‘marketeira’ no funcionamento do discurso político.

Como é possível perceber estamos diante de discursos antagônicos e extremamente heterogêneos.

Então, nesse jogo entre a atualidade e a memória, temos a retomada de discursos que produzem movimentos contrários de sentidos, embora se utilizem do mesmo (paráfrase) deslocando o sujeito do período de outrora para o período do século XXI da campanha presidencial do ano de 2010.

CR2



Diário de Pernambuco 14/10/2010

Temos na charge CR2 mais uma paráfrase do discurso bíblico. Observamos que o chargista atribuiu a Dilma a mesma função que foi atribuída a Moisés. É possível afirmar que se trata do mesmo com base no memorável. Porém, percebemos o deslocamento de sentido quando num olhar mais atento, notamos que o candidato Serra foi silenciado, ressignificando esse discurso religioso para outro discurso: de denúncia do marketing publicitário político que substitui o discurso político, sustentando ideais políticos partidários em favor de um marketing publicitário, ainda que o resgate do discurso bíblico, dito antes, e em outro lugar, contribua para a manutenção dessa memória discursiva.

Tal silenciamento demonstra a formação ideológica de linha editorial do jornal mostrando que o funcionamento discursivo jornalístico está filiado a sentidos que circulam num lugar interpretativo, deixando de ser um discurso de imparcialidade e passando a se inscrever em outro discurso de parcialidade; transformando, negando, já-ditos memoráveis na memória coletiva de que a imprensa jornalística é neutra, produzindo assim, outros efeitos de memória específicos.

Como diz Courtine (2006), o chargista quando produziu este efeito de sentido “inseriu, na essência da noção de FD, a problemática da *memória* cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados” (idem, 2006, p.69).

A predominância do nível parafrástico da CR2 está no repetível. A retomada do discurso bíblico da história do profeta Moisés que recebeu de Deus em tábuas de pedra os dez mandamentos ou decálogo (as *Tábuas da Lei*). Tal discurso está cristalizado há séculos nos livros bíblicos de Êxodo 20:2-17 e de Deuteronômio 5:6-21, que funciona como um lugar de memória que faz emergir a memória coletiva pela repetibilidade; e mais uma vez se manifestou nesse discurso chagístico.

Evidenciamos, na sequência não-verbal da charge, a pré-candidata à presidência da república segurando as tábuas da lei, cada uma com cinco leis, vestida com manto, típico das vestimentas da época de Moisés, assim como retratado no discurso bíblico.

Sabemos que “Os Dez Mandamentos” (ou *Decálogo*) são a síntese da Lei de Deus e a base mínima e fundamental da moral cristã. A Igreja como instituição religiosa organizada exige dos seus fiéis o cumprimento obrigatório destas regras. Estes mandamentos enunciam deveres fundamentais do homem para com Deus e para com o próximo e dão aos indivíduos conhecimento da simbologia da Igreja que se apropria desse discurso bíblico, o qual é o próprio discurso divino.

Assim, mais uma vez percebemos que Moisés foi substituído por Dilma, provocando deslocamentos de sentidos, de maneira a denunciar o artifício do marketing de convencimento publicitário político que a vestiu de profeta com o intuito de conquistar o voto dos cristãos. Quando capturamos esta imagem do discurso bíblico, a memória discursiva resgata tal enunciado agora retomado pelo chargista que o faz deslizar, inscrevendo-o em outro discurso.

Percebemos uma Formação Discursiva do discurso político, causando um efeito de sentido que tem a finalidade da candidata à presidência, nesta campanha eleitoral, conseguir eleitores que segue esse real simbólico da bíblia. Tal interpretação nos foi

possível, porque segundo o IBGE¹³ juntamente com a divulgação da mídia de que estes eleitores são maioria eleitoral. E o gesto de interpretação do chargista, enlaça tal discurso da dependência do Governo/Estado e Política-eleitoral, nesse momento histórico, da Igreja. Percebemos a posição ideológica do chargista que deixa claro em seu gesto de interpretação o discurso de conflito entre Igreja e Estado, existente desde o nascimento do cristianismo, que passa a ter outro discurso de parceria, contrária ao discurso de independência entre o secularismo do Estado e a liberdade das instituições religiosas, inscrevendo esse novo discurso na memória constitutiva.

Assim, quando o chargista retoma o mesmo Moisés e o substitui pelo diferente: Dilma, inscreve um sentido de que a pré-candidata se apresenta como aquela que possui as pedras da lei, aquela que possui as leis...; aquela que foi destinada ao cargo por Lula (do mesmo modo que Moisés recebeu as pedras da lei de Deus). A candidata Dilma foi escolhida para este fim, suceder a presidência da república, o Estado/Nação mantendo o PT no poder, demonstrando este jogo de discursos nessa Política-eleitoral.

Nesta perspectiva, vamos encontrar o discurso da charge atuando como agente de uma memória sócio-política-histórica, redizendo dizeres, e conseqüentemente os ressignificando quando percebemos o apontamento do chargista da identificação da candidata com uma política de “merchandise”, sugerindo-nos uma leitura dos discursos que denuncia esta estratégia política, assim como a postura da candidata assim como sua aceitação em se colocar na posição-sujeito de produto que pode ser comercializado diante do eleitor. Esta recuperação do dizer religioso foi reformulado, abrindo espaço para um novo dizer.

¹³. Dados divulgados pelo Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a religião (ou a não religião) declarada dos brasileiros. Cristãos é a maioria 86,8% do Brasil; católicos são 64,6%; evangélicos já são 22,2%.

CR3



O Globo, 15/10/10

Tomemos mais uma paráfrase do discurso bíblico: o milagre da multiplicação dos peixes e do vinho. Os candidatos estão, na sequência não-verbal, suando para entregá-los ao eleitor. Percebemos a retomada direta do discurso bíblico da multiplicação dos peixes e também da transformação da água em vinho, retratados nos livros de Mateus 14:16 a 21 e de João 2:1-11 inscritos no discurso da Igreja.

Aos retomar esse discurso, o chargista acionou a memória coletiva que os cristãos consolidaram, garantindo a repetibilidade que com o passar do século se estabeleceu. Essa rede de memória foi acionada para fazer ecoar os sentidos já estabelecidos pela Igreja. Assim, a CR3 ao mesmo tempo em que garante o mesmo, vai produzindo sentidos que fazem deslizar outros sentidos inscritos na memória discursiva como podemos ver na sequência não-verbal que retrata tais milagres.

A charge acima, demonstra os pré-candidatos Serra, segurando um cesto de peixe e Dilma segurando uma jarra de vinho e um cálice, ocupando uma posição-sujeito de disseminadores do discurso cristão, sem nenhuma intenção de troca. Entretanto tal posição-sujeito é contrária a que eles ocupam: políticos em plena campanha eleitoral, que intencionam a barganha de voto. Observamos que ambos, no gesto de interpretação do chargista se apropriaram de outro discurso, antagônico à independência da parceria entre Igreja e Estado, para se aproximar de um eleitor, demonstrado pelas sequências

imagéticas e discursivas na charge, permitindo-nos uma interpretação de que seja o eleitor cristão.

A CR3 também possui o enunciado ‘Aproximando de religiosos’, que ratifica a aproximação de um público específico de eleitorado que se identifica com o discurso da igreja através da memória discursiva e do movimento parafrástico ‘funcionando sob o diferente de um já-dito, e com uma estabilidade lógica variável’ (PÊCHEUX, 2008, p.23).

Como no discurso bíblico o peixe e o vinho possuem o simbolismo de satisfazer a fome e a sede dos seguidores do líder religioso, o chargista retoma essa memória, porém percebemos um contradiscurso, pois os candidatos não conseguem saciar a fome e a sede dos eleitores, o que é comprovado pela SD ‘ainda não estou convencido’.

As condições de produção iniciais da charge se deram no momento em que a mídia noticiava a preocupação dos candidatos em mobilizar a campanha com o intuito de persuadir os cristãos, segundo os coordenadores de campanha do PT e PSDB¹⁴, diferentemente dos fatos noticiados, a charge trabalha com a memória do leitor trazendo à tona elementos deste acontecimento, fazendo entremeio com o discurso bíblico, constitutivo desse determinado público. Trata-se de diferentes discursos, historicamente inscritos, compondo a produção discursiva da charge.

Também percebemos, nas expressões de Dilma e Serra, demonstração de surpresa, de desconfiança, pois o eleitor, mesmo vendo a possível mudança de postura dos pré-candidatos e de seus discursos, ainda não se convenceu de tal transformação repentina deles. Assim, a charge rompe o discurso inicial e produz outro discurso que denuncia mais uma vez o marketing publicitário de persuasão que age por conveniência, produzindo sentidos outros, pois no discurso bíblico todos que seguem o evangelho acreditam nesses milagres.

Jesus Cristo não fazia esforço para fazer milagres. A palavra Dele bastava. Porém esse novo discurso dos candidatos, que soam para proferí-los, não persuadem os eleitores que também professam o evangelho.

Deste modo, a charge ao mesmo tempo em que garante o movimento parafrástico do acontecimento, vai produzindo alguns efeitos de sentido que deslizam e se inscrevem na memória discursiva da produção de sentido do diferente.

¹⁴. Dados retirados do site http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/677334-pastores+que+apoiam+dilma+se+reunem+para+definir+estrategias.html acesso em 12 de fevereiro de 2013.

BLOCO B: Charges com trajeto temático Apoio de Marina, de agora em diante nomeadas de CAM.

As condições de produção das charges do bloco B referem-se ao momento em que todas as mídias noticiaram o surgimento da ‘onda verde’ ao final do primeiro turno das eleições presidenciais 2010. Tal expressão se originou quando Marina Silva obteve 19.636.359 votos, o que correspondeu a 19,33 % dos votos válidos no primeiro turno, ocupando assim, o terceiro lugar na disputa, fato que ocasionou o segundo turno. Conseqüentemente, os candidatos, Dilma Rousseff e José Serra, que iriam concorrer à presidência iniciaram campanha estratégica para conquistar a parcela do eleitorado que votou em Marina, candidata do PV, assim como tentaram se filiar ao partido adversário para obterem a vitória no segundo turno.

CAM1



Folha de São Paulo 9/10/2010

Observamos a princípio na CAM1 uma retomada, paráfrase, do filme *Os Pássaros*, original *The Bird*, filme norte-americano lançado em 1963, do gênero suspense, dirigido por Alfred Hitchcock. A charge apresenta-se revestida do movimento parafrástico devido ao fato de ter sido repetido em outro lugar da memória e, em função disso, passa a fazer parte da memória coletiva dos brasileiros. Ou seja, através do discurso aparentemente repetido, o dizer se tornou memorável, o que consolida o imaginário e torna possível este jogo de repetição discursiva alimentando

redes de memória que são memoráveis para um grupo social, regularizando sentidos e também deslocando sentidos, quando o dizer do filme os pássaros foi retomado pelo dizer os pássaros, em outro contexto histórico.

Pêcheux (2010) nos possibilita melhor entender essa aparente contradição entre regularização do sentido e desvio de sentido quando diz que ‘a memória constitui um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomada’ (idem, 2010, p. 56). Ou seja, os sentidos se movem aos serem produzidos a partir de outra matriz de sentido.

Deste modo, percebemos essa mobilidade de sentidos quando analisamos a imbricação entre o verbal e o não-verbal de CAM1, pois os pássaros a que o chargista se refere são representados por tucanos, símbolo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do candidato Serra, ratificados pelas cores azul e amarela, atacando a mocinha, Marina Silva; de modo a explicitar que os sentidos cristalizados podem se repetir, mas que nem sempre reaparecem exatamente da mesma forma.

À mediada que o mesmo se repete, em função das condições de produção em que esse movimento parafrástico ocorre, os sentidos vão se modificando, se resignificando, produzindo outros sentidos, isto é, movimentos polissêmicos.

Essa movência de sentidos se constrói em composição entre o verbal e o não-verbal, vemos que em todas as charges analisadas o processo polissêmico se instala a partir de um discurso já-dito. A mocinha do filme, Melanie Daniels, foi substituída por Marina Silva; a cidade isolada chamada Bodega Bay, aonde a mocinha vai atrás de um potencial namorado, Mitch Brenner, foi substituída na charge pela floresta, que retoma um aspecto do programa do PV que é o desenvolvimento sustentável. E, no caso, o namorado seria representado na charge pelos potenciais eleitores da mocinha, instaurando-se, assim, lugares possíveis de deriva de sentidos, que rompe com o discurso inicial de aliança de partidos políticos com o intuito de ganhar as eleições para um discurso que denuncia a coação e fuga de Marina, impossibilidade dessa aliança política, representada pela sequência imagética da fuga da mocinha e sua expressão fissionômica de terror a estes pássaros, talvez por incompatibilidade ideológica partidária.

Outra demonstração de incompletude do discurso, demonstrada pelas sequências imagéticas e verbal que se completam, e que nos reporta a memória o filme de “Os pássaros” é o efeito de sentido desse jogo como a expressão e a sequência imagética dos pássaros, especificamente tucanos que perseguem, hipnotizados pelo poder de

comandar a Nação, a mocinha deixando-a atrozida, como já citado, da mesma maneira que acontece no filme. Assim, este lugar de repetição de discurso representa um discurso de coação, pois, Marina Silva, está sendo impelida pela política partidária a se vincular ao partido, ou seja, aos membros do partido e candidato do PSDB, representado pelo candidato Serra, chamados de “tucanos”.

Segundo o PSDB, a figura do tucano tem três importantes significações: *1. em primeiro lugar, o tucano de peito amarelo lembra a cor da campanha das eleições diretas - o amarelo - cor-símbolo da luta pela democracia no Brasil; 2. o tucano é um dos símbolos do movimento ecológico e da defesa do meio ambiente; 3. é uma ave "brasileira", característica importante para indicar nossa preocupação com as realidades nacionais de nossa terra e de nossa gente*¹⁵.

Assim, a figura do tucano, na charge, certifica o jogo entre transparência e opacidade produzido pela retomada, através do deslocamento dos pássaros, por inversões de formulações que resultam em uma “espetacularização da política”, confirmada pelos pensamentos de Pêcheux. Essa nova formulação é acompanhada pela mudança do contexto histórico em que CAM1 está inscrita, que é o 2º turno das eleições presidências 2010, tornando-se indissociável dos enunciados verbais e não-verbais e que os sustentam, isto é, dos novos sentidos que “se inscrevem nessa formação discursiva diferente” (ORLANDI, 2001, p. 44).

Analisamos também no discurso de CAM1 a existência do atravessamento de uma ideologia de disputa eleitoral e a charge demonstra que o PSDB deseja ferozmente essa vitória. A posição de ataque que os pássaros sugerem na sequência imagética nos permite tal análise, denunciando a ânsia de atingir esse objetivo. Outra evidência que dá suporte a nossa interpretação é a supressão de Dilma evidenciando a formação ideológica da linha editorial do jornal Folha de São Paulo, mais uma vez mostrando que o funcionamento discursivo jornalístico está filiado a sentidos que circulam num lugar interpretativo, deixando de ser um discurso de imparcialidade e passando a se inscrever em outro discurso de parcialidade; comprovando novamente que a imprensa jornalística não é neutra e transmite fatos a partir de um lugar interpretativo, que todavia não é neutro.

¹⁵. Dados retirados do site do PSDB, disponível no endereço eletrônico <http://ww1.psd.org.br/opartido/porquetucano.asp>, acesso em 12 de fevereiro de 2013.

CAM2

SEGUNDO TURNO



Diário de Pernambuco 04/10/2010

As condições de produção da charge acima se deram a partir do fato da candidata Marina Silva mostrar um crescimento na disputa presidencial do ano 2010 no fim do 1º turno e a mídia noticiar constantemente tal acontecimento. Assim, por exemplo, a charge acima é atravessada por discurso outros.

Percebemos que o chargista retoma o discurso do futebol, na perspectiva discursiva do jogo, que comprovamos com o enunciado dito por Marina “Agora eu sou a bola da vez!”. Desse modo Marina é a bola, que reproduz uma paráfrase do enunciado do senso comum que é uma expressão que significa ‘*o que ou quem está em evidência no momento*’, ou seja, o assunto do momento ou a pessoa ou grupo sobre os quais todos estão falando. A sequência não-verbal dos candidatos uniformizados demonstrando estarem prontos para jogar uma partida de futebol, também aumentam a evidência desse discurso.

Os jogadores, no caso, os candidatos ao segundo turno Dilma e Serra na busca incansável pela vaga da presidência da república, demonstram na sequência imagética o desejo de ser o vencedor do jogo, ou seja, de ser o Presidente da República brasileira no ano 2010. E para isso precisam ser a "bola da vez" em que todos os jogadores têm que se concentrar para alcançá-la, chutá-la e fazer o gol, obtendo a vitória.

Desse modo, a bola da vez, expressão usada na charge por Marina, retoma o discurso do futebol, jogo em que só há uma bola. A bola. O que confirma nosso gesto de interpretação são os uniformes usados pelos pré-candidatos, apontando essa direção

(do futebol). Porém sabemos que as posições dos jogadores não são as de jogadores de futebol comuns, pois as expressões dos candidatos/jogadores demonstram que eles desejam agarrar esta bola, conquistá-la para poder ganhar as eleições neste segundo turno. O que nos sugere um discurso de denúncia do político que demonstra valorizar e manipular seus aliados para atingir seu objetivo; assim como a posição sujeito do jogador de futebol que manipula a bola até atingir seu objetivo, fazer o gol.

Apreendemos claramente a retomada da metáfora do esporte para o político quando interpretamos a CAM2. Assim o discurso chargístico reduz a disputa eleitoral a uma disputa de bola em um jogo de futebol. O que está silenciando o que de fato está em jogo quando temos de escolher um presidente da república: as propostas políticas dos pré-candidatos, como se o caso fosse apenas o da disputa da “bola da vez”...

Assim, ser a bola da vez é estar na moda, o assunto do momento, discurso proferido pela bola do jogo/Marina, produzindo a ilusão de que o seu dizer tem origem nele mesmo, quando na verdade, é antecedente a ele, e tem filiação em um lugar outro, que no caso é o jogo político que o chargista utilizou para nos mostrar que no jogo político, apenas um candidato sairá vencedor.

Analisando a sequência discursiva que intitula a charge ‘segundo turno’ percebemos mais uma vez a comparação do discurso político ao discurso esportivo, onde ser a bola da vez, em um jogo seria dominar o jogo, ter o domínio do jogo e a posição dos jogadores definem tal interpretação, pois as vestimentas nos sugerem a inscrição dos sujeitos nessa formação discursiva, que vestiram o uniforme para o jogo. As fisionomias dos candidatos, com olhos fixos no alvo, demonstrando ambição através dos sorrisos irônicos e sobrelhas curvadas, o que também nos sugere a vontade de ter a posse da bola, simbolizada pela cabeça de Marina.

Contudo neste funcionamento de efeito de sentidos, a bola da vez é mais um elemento no jogo das significações. A partir do atravessamento de sentidos descrito acima, podemos verificar como esses sentidos são deslocados para os jogadores que querem ser a bola da vez no segundo turno e como ficam suas relações com a defesa de seus times diante das posições-sujeitos que assumem. Então, percebemos que os candidatos que deveriam representar seus ideais partidários e interesses do povo estão mais preocupados em ganhar o jogo e ser a bola da vez, nos permitindo um gesto de interpretação a respeito do discurso que o chargista denuncia.

Desse modo, os jogadores vestidos com uniformes dos seus times defendem seu próprio interesse e não o posicionamento político-ideológico-partidário que está

inserido, a fim de atender a necessidade da nação brasileira. Assim, o discurso de denúncia da verdadeira função social do político em favor de um marketing publicitário nos parece evidente, deslizando outros sentidos.

CAM3



O Globo, 15/10/2010.

A charge CAM3 retoma mais uma vez o trajeto temático a busca dos pré-candidatos: Dilma e Serra pelo apoio de Marina. O discurso que muitas vezes foi tematizado e evidenciado pela mídia jornalística, também foi lembrado pelo chargista, pelo seu viés interpretativo nesta charge. O discurso mostrado nos jornais do apelo dos candidatos ao empenharem uma imagem política-ideológica de serem também ‘os verdes’, ou seja, tentando se apropriarem desse imaginário e se filiarem ao Partido Verde, também está simbolizado pela sequência não-verbal acima.

Como Marina Silva, filiada ao PV, foi importante figura neste contexto das eleições presidenciais no primeiro turno, e sua posição-sujeito sempre esteve ligada à defesa do meio ambiente, os candidatos do segundo turno passaram a parafrasear tal discurso.

Percebemos, porém na charge, que os pré-candidatos não se inscrevem nessa Formação Discursiva, pois suas vestimentas, mostradas na sequência não-verbal, não condizem com as vestes de um jardineiro que cuida e limpa de árvores, propiciando assim rupturas de sentidos, mostrando-nos que os sentidos sempre podem ser outros. O

que nos permite o gesto interpretativo de um discurso que vai de encontro ao dizer inicial resvalando a inscrição de um discurso que denuncia a postura politqueira dos candidatos que agem por conveniência para conquistar a parcela de eleitores que também defendiam a mesma ideologia de Marina e outra observação que nos sugere tal análise são as posturas curvadas dos candidatos, sobretudo de Dilma, submetendo-se a esse “merchandise” político.

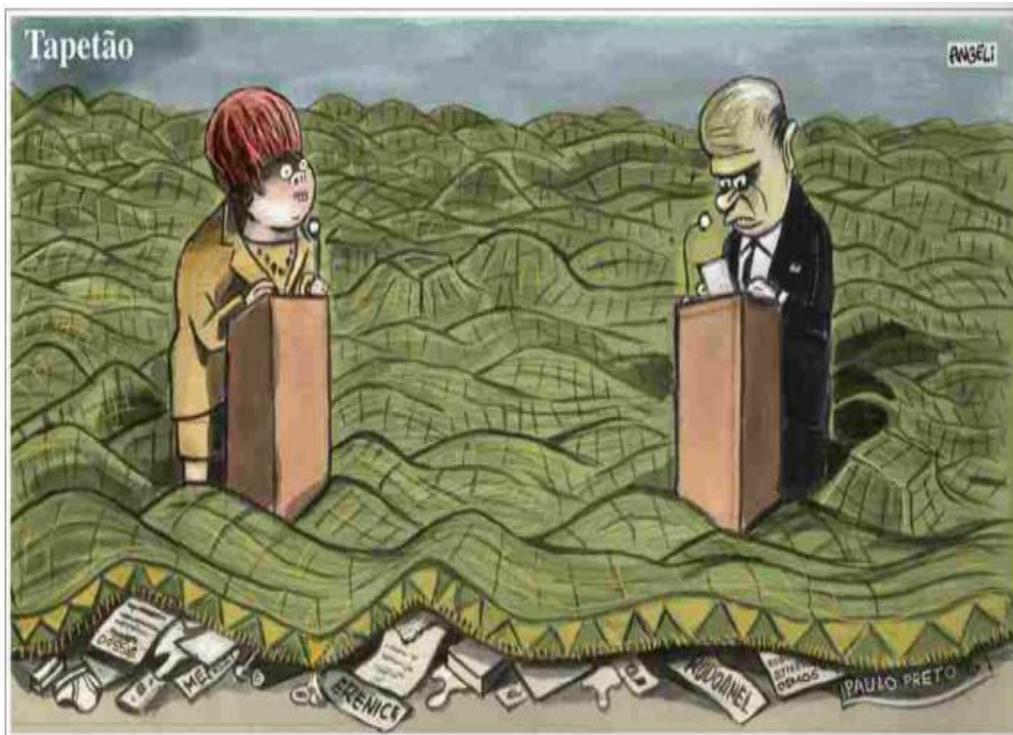
Também atentamos para a sustentação das redes de memória do imaginário da árvore Baobá, imaginário de uma memória discursiva sobre sua importância e extinção no Brasil, que tem sido repetido através dos tempos, passando a fazer parte da memória coletiva de todos nós e é retomado também na charge, deslizando sentidos.

Como a árvore representa o verde, a luta no mundo de movimentos de proteção ao meio-ambiente, e o PV, Partido Verde, representa esse imaginário, o chargista de certa forma denuncia, essa proteção através desta árvore em extinção, de maneira irônica, a atitude profícua dos candidatos no 2º turno quando demonstram um cuidado que é próprio do marketing político de convencimento dos pré-candidatos para com este símbolo, confirmados pela sequência imagética que mostra o esforço e a dedicação dos candidatos ao limpar e regar a árvore, apesar de usarem em suas mãos acessórios como aguador e espanador, as suas vestimentas apontam o não-pertencimento deles a este cenário.

Assim, os candidatos apostam neste imaginário simbólico para conseguir os votos destes eleitores específicos através da posição ideológica que estão tentando assumir, a fim de ganharem as eleições presidenciais 2010.

BLOCO C: Charges com trajeto temático Debate, para o futuro chamadas CD.

CD1



Folha de São Paulo 26/10/2010

A sequência chargística se produz nas condições em que a mídia jornalística evidenciava os discursos dos candidatos após os debates eleitorais. A charge pertence ao eixo temático debate, pois a sequência imagética demonstra os pré-candidatos Dilma e Serra, nos púlpitos em posição de debate.

Porém percebemos sob os candidatos um tapetão verde e temos o enunciado cujo título é: ‘Tapetão’, que confirma tal gesto de interpretação. A expressão ‘tapetão’ retoma o discurso futebolístico, muito usado no mundo do futebol. O enunciado significa a perda do time em campo, mas através de trâmites judiciais, o time perdedor pode ganhar na Justiça. Tendo sinonímia de uso de métodos anti-desportivos para conquistar algo, através de fraude, constituindo assim um discurso de um país que discute a respeito da corrupção.

Dessa maneira, mais uma vez, na charge, observamos a presença da retomada da história política da corrupção que nos traz à memória que este discurso do futebol apresenta espaços de resistência onde outros sentidos podem emergir. O que confirma

nosso gesto de interpretação é o enunciado verbal tapetão e a disposição deste tapetão no cenário do debate retratado pelo não-verbal assim como a cor do mesmo- verde-selhante ao campo de futebol, que nos apontam para essa direção interpretativa (do futebol). Porém esse jogo do mesmo e do diferente usado pelo chargista nos retoma o entendimento de que as posições dos jogadores (Dilma e Serra) não são as de jogadores de futebol e sim de políticos, candidatos que através de seus discursos no debate, demonstram que através deste recurso, podem ganhar a eleição neste segundo turno.

Apreendemos claramente a retomada da metáfora “tapetão” utilizada pela sequência discursiva que titula a charge nos remetendo à questão do imaginário ideológico de que todo político se utiliza de falcatruas para conseguir algo, no caso da charge seria conquistar a vitória, a posição de presidente do Brasil. Entretanto o deslocamento do discurso se dá pelo transbordamento, turbulência desse tapetão que consolida uma memória da história da corrupção política brasileira, que é demonstrado pelo jogo da repetição discursiva que alimenta esse memorável no grupo social. Então, tal comparação que o chargista utiliza nos remete a esta interpretação.

Assim, analisamos neste discurso da charge que assim como no futebol, apenas um time ganha a partida. Na política, também será assim. Só um candidato ganhará a eleição. O que está implícito na charge é a maneira como o candidato a ganhará para conquistar a vitória, pois percebemos, na sequência não-verbal da charge, a tentativa de esconder as falcatruas que envolvem os partidos de ambos os candidatos debaixo deste tapetão.

Deste modo, a paráfrase da expressão “colocar a sujeira debaixo do tapete” sugere um dizer que consolida essa história da corrupção política retomada na charge, permitindo-nos uma interpretação de que ambos os pré-candidatos têm algo que estão tentando esconder. Logo, como nada fica escondido por muito tempo, estas sujeiras começam a emergir como vemos na charge: sujeira: Erenice, Rodoanel, Paulo Preto, etc.

Assim o grande tapete verde e as sujeiras que estão sob ele fazem com que a memória histórica do eleitor seja retomada quando analisamos o discurso de CD1. Os escândalos noticiados pela mídia de: Erenice “O Caso Erenice Guerra” cujo filho da ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, Israel Guerra, estava envolvido em tráfico de influência, favorecendo sua empresa de aviação, MTA linhas aéreas e assim fazendo uma negociação com os Correios que culminou sua saída do cargo de Ministra da Casa Civil; da autoestrada Rodoanel Mário Covas que serviu de caixa 2 para a campanha do

tucano e de caixa 1 para a campanha de Paulo Preto, ex-diretor da Dersa, estatal responsável pelas rodovias em São Paulo, Paulo Viera de Souza, conhecido como Paulo Preto ou Negão, teria arrecadado pelo menos R\$ 4 milhões para as campanhas eleitorais do PSDB em 2010, mas os recursos não chegaram ao caixa do comitê do presidenciável José Serra.

Percebemos o gesto de interpretação irônico do chargista ao denunciar que o debate não trataria estas polêmicas, pois todas estão debaixo do tapete. A charge desloca a função do debate político na disputa eleitoral para o método anti-desportivo do ‘tapetão’, recurso utilizado no futebol, para conquistar de qualquer maneira a vitória do jogo. O que silencia a importância do debate. O que de fato está em jogo quando temos de escolher um presidente da república: a discussão sobre as propostas políticas dos candidatos expostas nos debates políticos eleitorais.

Então, o chargista mais uma vez mostra seu gesto de interpretação sobre o discurso político que retoma um lugar de memória sustentando a conservação do arquivo e permitindo o ressurgimento dos enunciados. Assim ele tem lados, é um discurso de visões de mundo e tem como princípio básico a polêmica, ou seja, o debate se dá pela polêmica, desconstrução do outro. Desse modo, no caso da charge, nenhum dos dois candidatos pode exercê-lo efetivamente, pois estão comprometidos com as sujeiras que estão sob o grande ‘tapetão’ verde.

CD2



Diário de Pernambuco 19/10/2010

Analizamos na charge CS2 os candidatos dispostos em púlpitos, retratando o período de campanha. Os trajes dos candidatos condizem com esta posição, assim como a sequência discursiva que intitula a charge: debate, apontam o pertencimento deles a este cenário.

O que analisamos na charge é um discurso de confronto entre a velha e nova política brasileira. A retomada de acontecimentos antigos que aparentemente não têm nenhuma relação com os fatos políticos contemporâneos, faz deslizar sentidos e consolida o imaginário da história de traição política nesse jogo ideológico, repetição discursiva que faz lembrar tais fatos no memorável da sociedade brasileira.

Percebemos que o silenciamento da atualidade política no debate, pelos candidatos, sugere uma fuga dos acontecimentos atuais do contexto histórico do 2º turno que deixa de ser discutido pelos pré-candidatos, o que rompe com o discurso de confronto de debate político eleitoral, para se inscrever num dito de tangenciamento de questões partidárias, ou seja, discussão sobre questões de natureza política em que os candidatos confrontam ideias e programas partidários visando convencer e ganhar a simpatia do eleitorado, ou seja, tangenciando o verdadeiro debate eleitoral.

Sabemos que o propósito do debate é convencer, argumentar, exprimir razões, defender pontos de vista a fim de conquistar através da persuasão o voto do eleitorado. Neste sentido, mais uma vez o chargista critica as posturas dos debatedores, pois o que percebemos são perguntas diretas e descontextualizadas que um debatedor realiza ao arguir o outro.

A denúncia e o deslocamento de sentido em CD1 está justamente no efeito de ironia que as perguntas dos candidatos fazem um ao outro, pois sugerem nosso gesto de interpretação explicitado acima.

Assim, com este tipo de debate demonstrado na charge, os eleitores não identificam as propostas, projetos e programas partidários que os candidatos defendem e se inscrevem, nem tão pouco, percebem a utilidade prática do debate para uma posterior escolha do candidato. Não há como avaliar os dois lados dos assuntos abordados pelos debatedores. A tarefa mais difícil para o eleitor que assiste a um debate como este é identificar qual debatedor discute com mais persuasão e tem a capacidade de construir e defender argumentos que o convençam.

Os enunciados proferidos pelo candidato Serra: “Dilma, onde você estava no golpe de 1889?” e pela candidata Dilma: “e você Serra, qual foi a sua posição em 15 de março de 1789, quando foram delatados os líderes da inconfidência?” admitem esta

simulação do legítimo debate e o tangenciamento dos discursos políticos dos candidatos, pois este acionamento da memória coletiva dos fatos da Proclamação da República brasileira de 15 de novembro de 1889 e da denúncia e punição aos líderes da Inconfidência Mineira pelos debatedores revelam este implícito e a constituição por faltas e lacunas desses discursos.

Como Pêcheux diz: a memória "é um espaço de polêmicas e contra-discursos." (PÊCHEUX, 2010, p. 56). Ela é não-linear, lacunar, mas seu efeito é apresentar sentidos que se querem unívocos e estabilizados no fio do discurso. O histórico e o linguístico significam de modo não transparente, formam uma rede de significância, tecida de ambiguidades, de repetições, de equívocos, conflitos. Os sentidos que constituem a memória são muitos, mas aparecem como literais, unívocos. Mas como o esquecimento é constitutivo da memória, o próprio lembrar pode produzir outras direções de sentido.

Assim, conforme Pêcheux o discurso político dos candidatos não cumprem sua função, pois não transformou as relações sociais, nem reformulou a demanda social. "O instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social" (PÊCHEUX, 2010, p. 24).

CD3



O Globo 27/10/2010

Podemos dizer que a charge faz uma paráfrase do recorte dos filmes de faroeste, filme sobre o oeste norte-americano, discurso cinematográfico criado nos EUA, no início do século XX. Por conseguinte, o duelo entre os candidatos funciona como um lugar de memória que reflete o combate de dois adversários que reverbera o mesmo discurso dos desafios dos filmes de “western”.

Este discurso apresenta esta repetibilidade através dos tempos, passando a fazer parte da memória coletiva¹⁶do leitor (grupo social). Ou seja, pelo viés do regime de repetição desse saber, tornou-se memorável através das redes de memória que o sustentam.

Porém na CD3, o mesmo causou um deslocamento, produzindo uma desestabilização nesta regularização e, conseqüentemente, novos/outros sentidos. Tal contradição é descrita por Pêcheux (2010) quando diz que a memória constitui “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de desdobramentos e de retomadas”. (idem, 2010, p. 56).

Vale dizer que a repetição é responsável pela cristalização dos sentidos e também pela movimentação dos mesmos. Ou seja, os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra matriz de sentido. Assim, o discurso da charge substitui os rivais do combate pelos candidatos Dilma e Serra, que lutam com armas iguais, como nos duelos de Faroestes; entretanto a ruptura se dá quando os adversários erram seus alvos e nenhum dos dois vence o duelo, o que não aconteceria num combate no início do século XX onde os rivais se enfrentavam, e não importava tanto qual era o mais rápido e sim quem tinha melhor pontaria, pois só um sairia vivo e vencedor.

Outra formulação diferente desse funcionamento discursivo se dá, na seqüência verbal da charge, quando os candidatos dizem simultaneamente: “-Foi...ruim pra você também?”. O uso das reticências após o verbo sugere uma hesitação voluntária dos duelantes, omissão do que devia ou podia dizer-se. Já o restante da expressão “ruim pra você também”, permite-nos um gesto de interpretação de que os dois rivais duelaram em todos os debates eleitorais de modo a desejar e eles reconhecem seus maus desempenhos nesta campanha eleitoral, demonstrando também a parcialidade do

¹⁶. Memória coletiva é a noção formulada por Maurice Halbwachs, sociólogo. Segundo o autor, “a memória coletiva retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.” (HALBWACHS, 2003, p. 82).

chargista quanto aponta seu olhar sobre o debate eleitoral das eleições presidenciais 2010.

Outra sequência discursiva que nos remete interpretação é a que intitula a charge ‘Entreouvido no faroeste eleitoral’, porque a SD produz um efeito de sentido que desliza o sentido inscrito na memória discursiva da mesma FD: o faroeste, porém, com outro discurso, pois o filme agora não é sobre o oeste norte-americano do início século XX e sim sobre a política brasileira na época eleitoral para Presidência da República do ano de 2010, no século XXI, produzindo desse modo outro efeito de sentido, pois as condições de produção são outras.

O sentido é, portanto, produzido por esse jogo de retomada e deslizamento relacionado a um exterior ideológico demarcado pelo imaginário. As posições sustentadas pelos sujeitos, em uma Formação Ideológica, determinarão então, o sentido produzido pelas palavras e expressões dentro de uma Formação Discursiva, como define Pêcheux (2009, p.146), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’”.

Assim sendo, a paráfrase que retomou o discurso do faroeste mobilizou saberes cristalizados através do tempo, mas com sentido múltiplo, pois o contexto histórico é outro. O faroeste agora é eleitoral. Então, tal indicação demonstra um deslizamento de sentido, assim como as balas crivadas nas paredes, mostrando-nos que os rivais possuem péssima pontaria, diferentemente dos duelos de banguê-banguê. Entendemos, assim, que os sentidos cristalizados que ativam as redes de memória das memórias discursivas, podem se repetir, mas vão se modificando, resignificando, produzindo outros sentidos no funcionamento do discurso.

BLOCO D: Charges com trajeto temático Bolinha de papel, doravante tituladas CBP.

CBP1



Folha de São Paulo 21/10/2010

A charge faz alusão aos acontecimentos do dia 20 de outubro de 2010, quando o candidato do PSDB à Presidência da República, Serra, em campanha, caminhava no calçadão de Campo Grande, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e durante a caminhada, houve um princípio de confusão entre os partidários do PSDB e simpatizantes do PT quando se depararam. Segundo as notícias veiculadas na época, o candidato do PSDB foi atingido por uma bolinha de papel ou fita banana/adesiva.

Assim como o fato ocorrido no Paraná com a candidata Dilma do PT quando em campanha na capital paranaense, ela ouviu vaias e quase foi atingida por um balão de água arremessado do alto de um edifício enquanto desfilava em carro aberto na rua 15 de Novembro, que foi bloqueada para pedestres¹⁷.

Tais acontecimentos históricos foram bastante noticiados pela mídia, porém no discurso de CBP1, percebemos a retomada dos fatos, pelo viés do acontecimento

¹⁷. Fonte da informação no Folha on line titulada: *No PR, Dilma enfrenta hostilidade e quase é atingida por balão de água*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/818059-no-pr-dilma-enfrenta-hostilidade-e-quase-e-atingida-por-balao-de-agua.shtml>. Acesso em 19 de novembro de 2012.

jornalístico “enquanto fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever” (DELA-SILVA, 2008, p. 15). Sabendo que o acontecimento jornalístico, quando o observamos discursivamente, é marcado por um gesto de interpretação, é evidente que o chargista também retrata a notícia tomando, assim, um posicionamento interpretativo diante dos fatos.

Dessa maneira, as duas primeiras sequências não-verbais da charge parafraseia tais notícias funcionando como lugares de memória, e seus sentidos passaram a ser objeto de repetição até se estabilizarem, e conseqüentemente regularizam um conjunto de sentidos que discursivizaram esses acontecimentos históricos, sustentando o memorável.

Entretanto, na última sequência percebemos o desvio de sentido constituído dessa memória, pelo movimento polissêmico, pois o discurso que é visto através do filtro ideológico do sensacionalismo da mídia, rompe-se passando a formular outro discurso: da mídia instruir os eleitores de votarem com consciência, fazendo deslizar sentidos e construindo outras significações.

Destacamos também nas sequências imagéticas que os objetos que atingiram os candidatos à presidência de 2010, na charge, possuem cores vermelha e azul, cores que representam os partidos contrários aos dos candidatos atingidos. Nesse sentido, a imagem metaforiza o fato presumido de que o vermelho (cor do PT, de esquerda) e o azul (cor do PSDB, de direita) determinarão/denunciarão quem atirou o objeto nos candidatos do 2º turno à Presidência da República ano 2010, porém o deslizamento se dá no último segmento, quando a própria urna eletrônica atinge o suposto eleitor. Assim, apesar de CBP1 se inscrever e se constituir na retomada dessa memória discursiva, os sentidos também irão se deslizar nela, pois o próprio eleitor irá sofrer as conseqüências de sua escolha, se não votar consciente.

As imagens nos permite um gesto de interpretação de analista que questiona: quem atirou a urna no suposto eleitor? Assim, o dizer do último quadro não se inscreve no mesmo discurso dos dois primeiros. Enquanto nas primeira e segunda sequências há uma rememoração ao acontecimento histórico, de modo irônico, transformado pela mídia em acontecimento jornalístico, no último quadro há uma produção de um discurso que denuncia e até mesmo instrui, no mínimo, a ação e conseqüência para o eleitor de fazer a escolha do candidato errada. Ou seja, CBP1 produz um deslocamento do discurso ‘matriz’. Houve derivas de sentidos quando a ‘bolinha de papel’ e ‘balão’ foram substituídos pela urna, remetendo-nos um atravessamento de alerta,

conscientização do eleitor, antagônica a dos acontecimentos históricos. Essa substituição aponta para a fala de Pêcheux (2008, p. 17) “o ponto de encontro de uma atualidade com a memória”.

Esse encontro nos leva a um gesto de interpretação que nos desvia para outro lugar discursivo, com outras produções de sentidos. Passamos de um discurso de natureza midiática sensacionalista dos candidatos em campanha eleitoral, para um discurso de natureza denunciativa e instrutiva do voto consciente do eleitor. Assim, podemos entender que o memorável é heterogêneo e não corresponde a uma única formação discursiva. Ele aponta para diferentes lugares da memória discursiva. Neste deslizamento, novos sentidos se produzem pela determinação da natureza sócio-político-histórica da charge que produz sentidos sobre os sentidos.

CBP2



Diário de Pernambuco 21/10/2010

Percebemos, mais uma vez, o imaginário do marketing sensacionalista da campanha eleitoral sendo evidenciado pela mídia em CBP2. O discurso jornalístico se apropria dessa memória discursiva quando veicula o acontecimento do ‘caso da bolinha de papel’ impresso nesse discurso.

Tal discurso, a primeira vista, apresenta-se revestido do movimento parafrástico devido ao fato de ter sido repetido novamente pelo chargista, passando a fazer parte da memória coletiva dos brasileiros. Mais uma vez o jornal impresso passou a funcionar

como lugar de memória, sendo objeto de repetição da repetição e conseqüentemente regularizando um conjunto de sentidos e saberes que discursivizou esse acontecimento.

O acontecimento noticiado pela imprensa do incidente com o candidato Serra, quando caminhava em campanha, e foi atingido por um objeto foi divulgado exaustivamente pela mídia. Os jornais noticiaram que o objeto era uma fita banana ou adesiva, outros propagaram que era uma pedra e outros que se tratava de uma bolinha de papel.

Desse modo, CBP2, ao mesmo tempo em que garante o mesmo, vai produzindo alguns efeitos de sentido que fazem deslizar o sentido inscrito na memória discursiva. Como podemos ver, a sequência imagética deslocou-se de uma posição de sujeito para outra, provocando outro efeito de sentido. Passando de um discurso que divulga o acontecimento para ressoar ideologicamente em um discurso que ironiza o fato.

Deste modo, a materialidade discursiva da charge constitui a retomada direta do fato, no espaço do acontecimento político, conforme (PÊCHEUX, 2010, p. 17), a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação e implica a retomada e circulação de discursos”. Assim, há nessa charge, o entrecruzamento de diferentes discursos constitutivos do sujeito e reveladores de dada realidade social que tem lugar na história do Brasil no ano 2010 das eleições para presidente da república. O chargista enuncia e ao mesmo tempo ironiza o fato social, caracterizando uma heterogeneidade própria à constituição do discurso chargístico.

O entrecruzamento desses movimentos rompe-se para outro imaginário simbólico, ou seja, outro discurso, quando vemos que o objeto, que agora atinge Serra, foi substituído por uma fita adesiva/banana personalizada de IBOPE -Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística- e também outra sequência não-verbal que nos sugere tal interpretação são os signos gráficos metafóricos, típicos das histórias em quadrinhos, como as estrelinhas que indicam a pancada ou a desorientação, sendo deslocados para tucanos e estrelas vermelhas, que representam o PSDB e o PT.

Outra observação que nos sugere uma mudança de discurso em CBP2 é o silenciamento da candidata Dilma, porém ela é acionada em nossa memória quando percebemos que quem está desorientando Serra após a pancada é justamente a representação da candidata em forma de estrelas vermelhas que simbolizam o PT.

Dessa maneira, a charge acima, apesar de o autor tentar retratar o mesmo que o Ibope divulgou no dia 20 de outubro de 2010, em uma pesquisa de intenção de voto para o segundo turno da eleição presidencial que afirmava que a vantagem de Dilma

Rousseff, do PT, sobre José Serra, do PSDB, cresceu de seis para 11 pontos percentuais, considerando os votos totais¹⁸, ocasionando o diferente que se inscreve nesse discurso de atingimento, só que quem atingiu politicamente Serra foi o resultado das pesquisas do IBOPE.

A condição de produção da charge retrata um momento histórico diferente e o chargista trabalha com a memória do leitor, trazendo à tona elementos do episódio da bolinha de papel, compondo a produção discursiva da charge.

Como diz Courtine (2009, p. 104), toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega. Assim os sentidos se transformaram e tornaram outros constituindo no jornal um lugar de memória¹⁹ em que a charge está inserida, constituída em sua natureza sócio-político-histórica.

Assim, a charge ao mesmo tempo em que garante o movimento parafrástico do acontecimento, vai produzindo alguns efeitos de sentido que fazem deslizar o sentido inscrito na memória discursiva, na tensão entre os movimentos parafrásticos e polissêmicos, entre o mesmo e o diferente.

Porém, podemos concluir que o "mesmo" não é a simples repetição, pois o discurso é um acontecimento que não se repete. Então precisamos considerar que a formulação parafrástica não pode ser reduzida sempre à pura e simples repetição, pois apesar do discurso possuir um caráter de estabilidade, ele terá sempre um caráter de desestabilidade. A relação entre paráfrase e polissemia, indispensável aos discursos, é a que permite "a fluidez dos sentidos" e é nesse jogo entre o mesmo e o diferente que os sentidos se movimentam e se significam" (ORLANDI, 2001, p. 36).

¹⁸. Informações retiradas do site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/10/ibope-divulgacao-intencao-de-voto-para-segundo-turno-da-eleicao-presidencial.html>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

¹⁹. Lugar de memória, noção traçada por Pierre Nora (1984), se apresenta sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico.

CBP3



O Globo 21/10/ 2010

Mais uma vez a charge joga com o funcionamento discursivo do mesmo e do diferente em CBP3. O acontecimento histórico retratado no discurso jornalístico da campanha eleitoral dos candidatos mais uma vez é retratado pelo chargista retomando ao acontecimento jornalístico e ao mesmo tempo se posicionando diante do fato o que nos permite afirmar que o gesto de interpretação do autor produziu “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008), intervindo nos sentidos já existentes em uma memória discursiva. Assim temos o deslocamento do já-dito divulgado na mídia jornalística, ressignificando e nos permitindo verificar nesse discurso outros sentidos.

Quando analisamos o título da charge “Entreouvido no passeio público”. A palavra ‘entreouvido’ seria ouvir algo confusamente, incompletamente; no passeio público o que nos remete à memória dos fatos ocorridos nas caminhadas de campanha dos pré-candidatos. O que nos vem à memória a retomada da confusão entre os partidários do tucano e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, quando se depararam na caminhada de campanha, no Rio de Janeiro, já mencionada em CBP1, porém o chargista substituiu a expressão ‘caminhada de campanha’ pela expressão ‘passeio público’.

A charge mostra que o ‘passeio’ feito pelos candidatos à presidência 2010 é retratado na companhia de aliados, no caso de Dilma, acompanhada pelo senador eleito Roberto Requião (PMDB), e Serra de Fernando Gabeira. Outra ruptura que demonstra a mudança da formação discursiva em CBP3 é a presença de Marina Silva “em cima de um muro” verde cantarolando, o que é comprovado pela nota musical que é emitida por ela. Marina “em cima do muro” nos faz intuir que ela não tomará partido, nem escolherá um “lado”. Está em cima do muro é não tomar uma posição a respeito de quais dos dois candidatos ela iria apoiar.

A sequência discursiva proferida por Serra: “Com a fita banana que me atiraram, farei uma bananada!” retoma o fato de ele ser atingido por um objeto, que possivelmente seria uma fita banana ou adesiva, porém pelo viés interpretativo do chargista, na tentativa de parafrasear o dito popular: “Se a vida te der um limão, faça uma limonada”. Quando a vida nos der um acontecimento que nos independe de fazer nossa vontade, transforme-o em algo que traga aprendizado e experiência. A troca do ‘limão’ por ‘banana’ remete aos fatos, confirmando que Serra realmente foi atingido pela fita banana e também rompe sentidos, inscrevendo a charge num discurso de otimismo.

Podemos perceber que o funcionamento das charges será sempre deslocado do espaço de sua constituição, pois apesar de estarem associadas ao discurso jornalístico, são agrupadas ao lado de outras produções de sentidos, com quem mantém em comum o trajeto temático, considerando o universo típico de circulação destes discursos.

Compreendemos um pouco a natureza da charge no discurso jornalístico e tivemos a possibilidade de pensar nos deslocamentos inerentes à sua veiculação nestes jornais de grande circulação local e nacional. Constatamos que os deslocamentos significativos das charges possuem uma função de crítica político-social-ideológica.

Então, pudemos confirmar, através das análises das 12 charges, a existência de uma memória discursiva, exterior ao discurso, que determina os efeitos de sentidos que dele decorrem a partir de suas condições sócio-histórico-políticas de produção. Ou seja, os efeitos de sentido de uma charge se dão sempre em função de suas produções imediatas (a história) e da memória discursiva que a constituem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi realizar, com base na teoria e nos métodos adotados pela Análise de Discurso, a análise de como a charge constitui, formula e faz circular discursos sobre os acontecimentos políticos do 2º turno das eleições presidenciais do Brasil no ano de 2010.

Por meio da identificação do processo discursivo, pudemos compreender também como os dizeres de três principais jornais impressos em circulação dos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro se efetivam na constituição do discurso chargístico. Para isso, fizemos as análises das charges que circularam nesses jornais no período nesse recorte histórico.

Também pudemos entender o processo discursivo das charges, identificando as formações discursivas em que a imprensa se significa ao eleger a charge como objeto de matérias jornalísticas e as formações ideológicas que se constituem no dizer do corpus analisados. Com isso, esperamos poder contribuir para a compreensão de como se constituem tais processos de produção de sentidos, levando em conta a relação entre o mesmo e o diferente na constituição discursiva das charges que compuseram nosso corpus, bem como as relações de sentido nas quais se inscrevem.

Em nosso estudo, também pudemos mostrar como os efeitos de sentido das charges se dão a partir da relação entre suas condições de produção (historicidade) e a memória discursiva na formulação de sentidos de acordo com a imbricação de sua natureza verbal/não-verbal na sua constituição.

Na história da charge, o verbal e o não-verbal caminham juntos, estabelecendo uma forte relação com o discurso jornalístico. Como espaço significante, o discurso chargístico traz, na sua constituição, marcas de heterogeneidade como o implícito, o silêncio e a ironia, possibilitando novas conexões entre história e linguagem e multiplicando as perspectivas de ressignificação de sentidos.

Pensar discursivamente a charge é vê-la como um discurso opaco que mascara a intenção ideológica, através dos implícitos, com o estímulo à re(construção) de sentidos para interpretá-la. Ao proporcionar uma retomada das notícias, ao mesmo tempo em que sugere, a charge desvela e silencia significados, constituindo-se como um discurso polissêmico, mesmo quando parafraseia um já-dito. Nele, a memória discursiva

restabelece elementos pré-construídos, trazendo consigo um percurso de leitura já inscrito num funcionamento discursivo em outro lugar.

É neste jogo de sentidos que o discurso chargístico se constrói como um vaivém de já-ditos, de diferentes perspectivas, como uma rede de sentidos a partir de inscrições históricas, sociais e ideológicas que reclamam novos significados. Como podemos observar nas análises apresentadas nesta dissertação, os sentidos produzidos no interior das charges são representações do sócio-histórico, que envolvem a interpretação de acontecimentos que podem estar filiados a diferentes formações discursivas.

Nesta perspectiva, o chargista não está livre para escolher deliberadamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer estará sendo afetado pela memória discursiva, ou seja, pelos sentidos pré-existentes que ancora o atual sentido sobre o qual a charge é produzida. Constatamos que, ao produzir os discursos da charge que são publicados nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, os chargistas os produzem com base em muitos outros discursos com os quais se deparam, estabelecendo movimentos do mesmo e do diferente de significados sempre na multiplicidade de sentidos.

Percebemos que para produzir o sentido das charges, os autores buscam elementos em textos publicados no jornal e por outros veículos da mídia de comunicação, num processo que envolve a polissemia do discursivo e a interdiscursividade. É neste movimento que o sujeito-autor deixa de ser origem absoluta do seu discurso para ser entendido como uma construção múltipla de sentidos, num espaço de significação historicamente constituído.

Para compreender os significados contidos em uma charge, a partir do entendimento de que os discursos nunca são neutros, precisamos desenvolver uma atividade de interpretação desse funcionamento discursivo que englobe o processo de sua produção e circulação. Isto considerando a existência de uma relação interdiscursiva entre o discurso chargístico e outros discursos anteriores – notadamente os políticos e os jornalísticos – e posteriores, incluídas aqui as reações dos leitores.

Salientamos que essa pluralidade do discurso, que estabelece um efeito de sentido de veracidade e ostenta o efeito de objetividade do discurso chargístico associado ao discurso jornalístico, é permeada por determinadas formações discursivas que materializam uma formação ideológica.

No discurso do chargista, estão fortemente imbricados o discurso jornalístico e o discurso político – e os dois são portadores de memória e de gestos de interpretação dos

autores, de pré-construídos que se insinuam para produzir sentidos. Constatamos isso ao observarmos que os jornais divulgam, por meio das charges, a representação do simbólico real da relação entre as práticas sociais e da língua na exterioridade que são construção/rememorização cotidiana de concepções de mundo que não se estabelecem nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas nesse processo.

Percebemos isto nas charges analisadas, nas quais a figura do político é sempre evidenciada pela linha editorial dos jornais que são marcadas pela pluralidade ideológica e publicadas de acordo com os eixos temáticos, orientações e tendências que o jornal diz se posicionar.

É importante sublinharmos que a neutralidade do discurso é uma ilusão, uma vez que ele envolve o histórico e o ideológico. Orlandi mostra esta posição quando afirma que “numa realidade social e histórica como a nossa, em que se é obrigado a reconhecer que sempre se ocupam determinadas posições (e não outras) no conflito constitutivo das relações sociais, não se pode fazê-lo neutramente”. (ORLANDI, 2009a, p. 13).

Consideramos que o chargista não apenas informa, mas também opina através do seu gesto interpretativo sobre um trajeto temático. Neste movimento, a charge se desprende da função de apenas ilustrar o cotidiano, tornando-se um discurso de acontecimentos, no nosso caso, de fatos políticos. Como afirma Mariani (2001, p. 35), “sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo histórias”.

O discurso chargístico situa-se, portanto, num campo onde brotam instigantes questões para pesquisa e onde se instaura uma diversidade de material simbólico que estimula análises discursivas. Toda leitura chargística é uma interpretação diferente das já feitas e de tantas outras que podem vir a ser desenvolvidas com o objetivo de compreender o funcionamento desta linguagem.

Compreendemos como a formação discursiva de charges se constitui na relação com a memória discursiva – que significa os saberes constituídos na memória do dizer, saberes pré-construídos, sentidos do que é dizível e que circulam na sociedade. Entendemos que estudos nessa área podem ser ampliados buscando observar e compreender as reações do leitor, ou seja, as leituras de charges feitas pelo público que lê jornais.

Afinal, tudo que já foi dito ou escrito, inscreve-se na memória do dizer ou em recortes dela, que nos possibilita um universo de múltiplas possibilidades de

interpretação, de sentidos pré-construídos em constante diálogo e imbricação, um mutável e agitado universo repleto de significados.

Entendemos, então que nossas palavras estão infinitamente em percurso, somos sujeitos que desempenham diferentes posições, sujeitos históricos que nos movemos e produzimos sentidos numa exterioridade a significar.

Ao longo deste trabalho procuramos refletir a respeito do processo de produção de sentido em um objeto discursivo que tem alcançado a preferência de muitos leitores-as charges, em função de sua visibilidade na mídia jornalística impressa, tanto em sua natureza verbal quanto em seu caráter não-verbal; texto e imagem como pontos de deriva para a produção de novos sentidos, os quais denunciam, criticam e produzem sentidos construídos sobre as candidaturas à presidência da República dos candidatos: Dilma e Serra, no ano de 2010.

Analizamos em algumas charges evidências que dão importância a um candidato em detrimento do silenciamento do outro, ênfases construídas em alguns enunciados chargísticos, o que nos permite uma interpretação que define a preferência política do jornal, e até mesmo do chargista; indo de contraponto ao discurso de imparcialidade jornalístico, assim como destaques principalmente de identificação dos candidatos com uma política de “merchandise” própria do marketing político, identificadas nas majorias das charges, sugerindo-nos uma leitura possível dos discursos que critica as posturas dos candidatos e os coloca na posição-sujeito de produto político, o qual pode ser comercializado diante do outro, ou seja, do eleitor.

Tais evidências, na maioria das vezes, permite-nos analisar, nos discursos chargísticos, denúncias e críticas em relação às posturas políticas dos candidatos, e até mesmo do partido a que estão vinculados, mesmo sendo exaustivamente reveladas nas mídias e principalmente nos jornais impressos.

O grande crescimento para nós, propiciado por este trabalho de pesquisa, enquanto possibilidade de ampliação de novos horizontes, certamente foi exercitar um novo olhar sobre as charges as quais acompanham nosso cotidiano. Essa constatação, desafia-nos a pensar em outras perspectivas, como no gesto de interpretação do sujeito-leitor do jornal, que se utiliza diariamente desse veículo e nas condições de produção de leitura dessas charges, gerando o interesse em abordarmos também a questão do efeito-leitor. Tarefa que poderemos assumir em outro momento.

Reconhecemos que a teoria que nos engajamos busca um olhar discursivo e inevitavelmente contribui para a prática de novas posturas necessárias à transformação

das estruturas da nossa sociedade, pois estamos sempre à deriva dos sentidos, da história, da política e da ideologia. Nesse constante deslize, nosso olhar sempre estará deseioso de conhecer os riscos de interpretar as produções de sentidos do discurso.

Entendemos ter prestado nossa contribuição ao procurar instaurar um olhar discursivo com relação a essas produções chargísticas e opinativas que diariamente (re) apresentam os acontecimentos do cotidiano através de gestos de interpretação do chargista, reconhecendo os aspectos histórico-ideológicos deste discurso, conferindo a esses textos de natureza verbal e não-verbal a sua ilusória evidência de sentidos.

Cumpre-nos destacar, por fim, no nível ilusório, que a consciência nos permite alcançar, a certeza da imperfeição e das incompletudes dessas nossas reflexões; todavia, preferimos continuar acreditando que o sentido nunca é fechado em si mesmo, propiciando sempre novos gestos de leitura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. C. de. **O espírito da charge além da notícia jornalística**. Monografia de Pós-graduação. UFPE, 2002.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 12ª Ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985.

_____. **Sustentação de tese em Amiens**. Posições. 1ª Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1978.

AUTHIER-REVUZ, J. **Hétéroénéite montréalaise et hétéroénéite constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. DRLAV Revue de linguistique. Paris, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 26, 1982.

Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral. Calendário Eleitoral: Eleições 2010**. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2010. Atualizada até 11/5/2010. p. 37. Resolução nº 23.089, de 1º/07/2009, Instrução nº 126 Brasília – DF.

BARONAS, R. L. **Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada**. **Polifonia**. Cuiabá, n. 10, p. 99-111, 2005.

_____, & SIQUERI, M. S. **Derrisão em caricaturas políticas: observações sobre interincompreensão intersemiótica**. In: NOLASCO, E. C. & GUERRA, V.M.L. (orgs) **Discurso, Alteridades e Gênero**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006, p. 56-70.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOHN, S. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002 e 2006)**. *Opinião Pública*, vol.13, número 2, p. 366-387, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a06v13n2.pdf>.

_____. **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral**. *Opinião Pública*, vol.10, número 2, p. 288-338, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>.

BONNAFOUS, S. **Sobre o bom uso da derrisão** em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, M.R. et al (org). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 1ª ed. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar Editor Ltda., 1988.

- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. A. C.. **Português Linguagens**. 7ª série. São Paulo: Atual, 1998.
- CAVALCANTI, L. H. **O que vier eu traço**. Recife: Comunicarte, 1981.
- _____. **Humor Diário: a ilustração humorística do Diário de Pernambuco (1914-1996)**. Recife: Universitária da UFPE, 1996.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. (Tradução de Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011.
- CANGUILHEN, L. **Le Cerveau et la Pensée**, MURS, Paris, 1980.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2012.
- COURTINE, J.J. **Os deslizamentos do espetáculo político**. In: GREGOLIN, M.R. et al (org). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- _____. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- _____. **Définition d'orientation théoriques et construction de procédures en analyse du discours**. In: *Philosophiques*, vol. IX, número 2, octobre, p. 239-263, 1982.
- DE CERTEAU, M. **L'Écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975 [trad. bras.: A escrita da história. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- DELA SILVA, S. C. **O acontecimento da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV com grande mídia**. Tese de Mestrado, Campinas, SP, 2008.
- Dicionário on line Michaelis. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ataque>. Acesso em 23/07/2012.
- FERREIRA, M. C. L. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, Gráfica da UFRGS, 2001.
- FLÔRES, O. **A leitura da charge**. Canoas: Ulbra. 2002.
- FOLHA DE S. PAULO. **Caderno Especial Eleições 2010**. Edições de agosto a novembro de 2010.
- FOLHA DE S. PAULO. **Caderno Poder**. Edições de janeiro a agosto de 2010.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Eleições 2010**. Edições de julho a agosto de 2010.

- FOLHA.COM. **Eleições 2010.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1697826-1739-3,00.html>.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** 8ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France.** 22ª Ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível.** Campinas: Pontes, 2004.
- GARSCHAGEN, D. M. **Enciclopédia Barsa: Panorama,** 2004.
- GUIMARÃES, E.. **Os limites do sentido.** Campinas, Pontes, 1995.
- _____. **Semântica do Acontecimento.** Campinas, Pontes, 2002.
- _____. **Enunciação e história.** In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem.* Campinas, Pontes, 1989: 71-82.
- _____. **Independência e morte.** In: Orlandi, Eni Puccinelli (org.) *Discurso fundador. A formação dos pais e a construção da identidade nacional.* Campinas, Pontes, 1993.
- _____. **Enunciação, argumentação e interdiscurso.** *Anais do IX encontro nacional da ANPOLL,* Caxambu, 1994 (no prelo).
- GREGOLIN, M. R. AD: **Descrver – Interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história.** In: NAVARRO, P. (org.) *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos.* São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauros, 2003.
- HAROCHE, C. ; HENRY, P. ; PÊCHEUX, M.. **La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours.** *Langages.* Paris, número 24, p. 93-106, 1971.
- INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas: Mercado das Letras, 2011.
- LACAN, J. **Subversão do sujeito e dialética do desejo (1960).** In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 .
- LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não.** Campinas, SP, Pontes, 1988.
- _____. **O recorte significativo na memória.** In: INDURSKY, F. (org.). *O discurso na contemporaneidade – materialidade e fronteiras.* 1ª edição. São Carlos, 2009.

- LE BART, C. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1998. (Collection *Que sais-je?*)
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 6ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.
- LOPES, C. A. **Observatório da imprensa**. *Jornal de Debates*. Eleições 2010: A manipulação do aborto, 26/10/2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=613JDB002>.
- MAIA, M.. **O Cristão pode votar no PT?** 29/09/2010, disponível em: <http://marcelo.cfn.blog.br/?p=1065>.
- MAGALHÃES, A. P. **Sentido, História e Memória em Charges Eletrônicas sobre o Governo Lula: os domínios do Interdiscurso**. Tese de Mestrado, Maringá, 2006.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 2003.
- _____. **Elementos para uma história da Análise do Discurso na França**. In: (org.) Gestos de leitura: uma história do discurso. (Trad. Bethânia Mariani et al). Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MARCONDES, L. R, LIMA E; SEEHABER, L.C. **A identidade do ensino religioso, do rito cristão na história da educação brasileira**. *Revista Educação em Movimento*, vol.3, 2004.
- MARIANI, B.S.C. **O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan: Campinas, SP: Unicamp, 1988a.
- _____. **As leituras da/na rocinha**. In: *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1988 b.
- _____. **Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- MELO, J.M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1985, p.120-127.
- _____. J.M. de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.
- MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Ana Cristina, (Orgs). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 2, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 4, p. 101-142.

NISHIMURA, K. M.: **Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002**. Opinião Pública, vol.10, número 2, p. 339-367, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22021.pdf>.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

O ESTADÃO. **Eleições 2010**. Edições de julho a agosto de 2010.

O GLOBO. **Eleições 2010**. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010>.

OLIVEIRA, M.L.S. **Charge: imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo**. In: AZEREDO, J. C. **Letras & Comunicação: uma parceria para o ensino de língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. 6ª. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª. ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2008a.

_____. **Terra à vista –Discurso do confronto: velho e novo mundo** . 2ª. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008b.

_____. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes; 2001b.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **Efeitos de verbal sobre o não-verbal**. In: Revista Rua. Campinas: Unicamp, nº1, p. 35-48, 1995.

_____. **Cidade dos Sentidos**. São Paulo: Pontes, 2004.

_____. **A Leitura e os leitores**. In Orlandi, E. (Org.). 2ª ed. Campinas, SP: Pontes. 2003.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP, Pontes editores, 2012.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5ª edição, Campinas, SP, Pontes, 2009a.

_____. **Discurso e leitura**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2009b.

_____. **Discurso e Argumentação: um Observatório do Político**. Florianópolis: Fórum Linguístico, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

_____. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico.** *RUA*, Campinas, 1998, p. 9-19.

_____. **Exterioridade e ideologia.** In: *Cadernos de Estudos Linguísticos. IEL/UNICAMP*, 1996b.

_____. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Dispositivos da interpretação.** in: *Leitura e Interpretação. Série Ler & pensar*, PROLERJ Casa da Leitura, 1995:45-63.

_____. **Segmentar ou recortar.** in *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos*, 10ª Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba, 1984:9-27.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

_____. **Gestos de leitura: da história no discurso.** In Orlandi, E. (Org.) 3ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.

_____. **L'étrange miroir de l'analyse de discours.** *Langages* 62, Paris:Larousse, 1981.

_____. **Revista *Langages***, Paris, número 37, 1975.

_____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pecheux.** Em GADET, F. & HAK, Tradução Bethânia S. Mariani [et at] Campinas, SP: Editora UNICAMP, 4ª Ed, 2010.

_____. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. et all. *Papel da memória.* Trad. José Horta Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. **Análise de discurso: Michel Pêcheux.** Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP, 3 ed. Pontes Editores, 2012.

_____. **Les Vérités de La Palice.** Maspero, Paris, 1975.

_____.& GADET, F. **La langue introuvable.** Paris: Maspero, 1981.

Pesquisas de Opinião Pública – Eleições 2010 – IBOPE Inteligência – www.eleicoes.ibope.com.br.

PINTO, C. R. J. **Com a Palavra o Senhor Presidente.** São Paulo: Hucitec, 1986.

- _____. **Elementos para uma análise de discurso político.** Artigo, Barbarói, 2006 - online.unisc.br acesso em 29/12/2012.
- PORTAL ESTADÃO. Eleições 2010. Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/eleicoes-2010>.
- PORTAL ESTADÃO. **Especiais Eleições 2010.** Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/especiaissobre-eleicoes-2010>.
- REBAÇA, C. A. B. & G. B. **Dicionário**, 1995.
- RELATÓRIO BUZZMETRICS, IBOPE Mídia e IBOPE Nielsen Online. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/IBOPE>.
- REVISTA MARIE CLAIRE. **A mulher do presidente**, março/2009. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/revista/common/0,emi175873-17735-3,00a+mulher+do+presidente+confira+a+entrevista+que+dilma+rousseff+concedeu+a+m.html>.
- REVISTA VEJA. Edições 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192.
- ROVAI, R.. **Escândalo: gráfica da difamação é da irmã do coordenador de Serra**, blog do Rovai, 18/10/2010. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2010/10/18/escandalo-grafica-dadifamacao-e-da-irma-de-coordenador-de-serra/>
- _____. R. “Dilma = aborto, maconha, prostituição, casamento gay. Taí a prova”, blog do Rovai, 04/10/2010. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2010/10/04/dilma-aborto-maconhaprostituicao-casamento-gay-tai-a-prova/>.
- ROMUALDO, E. C. **Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo.** Maringá: Eduem, 2000.
- SILVA, R. S. Caricatura. In: M. J. M. de. **Gêneros jornalísticos na folha de São Paulo.** São Paulo. FTD, 1992.
- SIQUERI, M.S. **Formação discursiva e o texto imagético: Possibilidades**, 2005. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/MarceloSSiqueri.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.
- SOUZA, T.C.C. A. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação.** In: Revista Ciberegenda, nº6, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/323/204>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2012.

_____. de. **Discurso e Oralidade - Um estudo em língua indígena**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994.

_____. **Les Formes d'Écriture et d'Oralité**. Conferência realizada na Universidade Paris 13, Paris, fevereiro de 1996.

_____. **Uma análise discursiva de Limite**, CD-rom sobre Mário Peixoto, produzido pelo LIA e patrocinado pela RIO Filmes, 1997.

_____. **Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal**, Conferência no 2º Colóquio de Analistas del Discurso, Universidad del Plata, Instituto de Lingüística da Universidad de Buenos Aires, La Plata e Buenos Aires, 1997b (Publicado em Ciberlegenda 1, **Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação**, Niterói, UFF, 1998).

_____. **Gestos de leitura em línguas de oralidade**, in Orlandi, E. (Org.) *A Leitura e os leitores*, 2ª ed., Campinas: Pontes. p. 155-170, 2003.

TOLEDO, J. de R. **Após polêmica, Dilma caiu entre evangélicos**, OESP, 02/10/2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101002/not_imp618704,0.php.

VIANA, R. **Detalhes sobre o telemarketing do mal**, blog do Escrevinhador, 19/10/2010, atualizado em 20/10/2010. Disponível em: <http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/detalhes-sobre-otelemarketing-do-mal.html>.

_____. R. **Veja X IstoÉ: Erenice, Paulo Preto, duas caras e o aborto**, blog Escrevinhador, 26/10/2010. Disponível em: <http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/serra-faz-telemarketing-doaborto.html>.

ANEXO

BLOCO A: Charges com trajeto temático Religião, daqui para frente CR.

(CR1)



Folha de São Paulo 10/10/2010

CR2



Diário de Pernambuco 14/10/2010

CR3



O Globo, 15/10/10

BLOCO B: Charges com trajeto temático Apoio de Marina, de agora em diante nomeadas de CAM.

CAM1



Folha de São Paulo 9/10/2010

CAM2

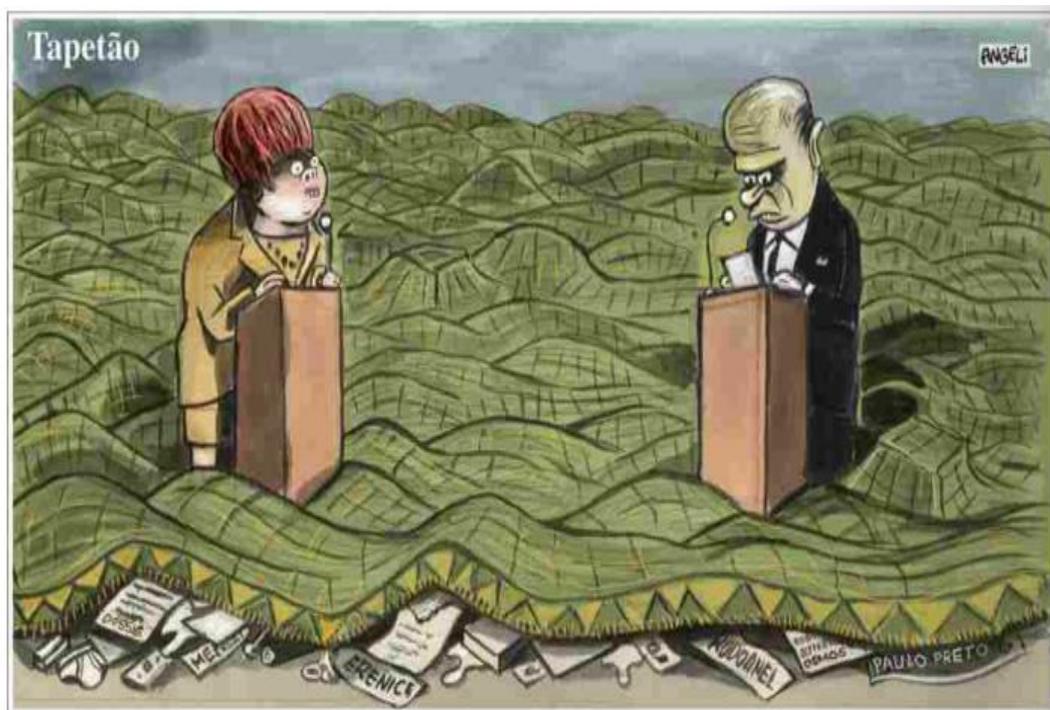
SEGUNDO TURNO*Diário de Pernambuco* 04/10/2010

CAM3

*O Globo*, 15/10/2010.

BLOCO C: Charges com trajeto temático Debate, para o futuro chamadas CD.

CD1



Folha de São Paulo 26/10/2010

CD2



Diário de Pernambuco 19/10/2010

CD3



O Globo 27/10/2010

BLOCO D: Charges com trajeto temático Bolinha de papel, doravante tituladas CBP.

CBP1



Folha de São Paulo 20/10/2010

CBP2



Diário de Pernambuco 21/10/2010

CBP3



O Globo 21/10/ 2010